



SANDRA MARA SCHULZ LOBATO

**CENTRO COMUNITÁRIO PARA O ASSENTAMENTO GLEBA
MERCEDES I E II NO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT.**

**Sinop/MT
2019**

SANDRA MARA SCHULZ LOBATO

**CENTRO COMUNITÁRIO PARA O ASSENTAMENTO GLEBA
MERCEDES I E II NO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Avaliadora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Sinop - FASIPE, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador (a): Prof.º Esp. Vanessa de Abreu Nachbar .

Coorientador (a): Prof.º Dr. Marcelo H. de Araújo S. Costa.

SANDRA MARA SCHULZ LOBATO

**CENTRO COMUNITÁRIO PARA O ASSENTAMENTO GLEBA
MERCEDES I E II NO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Avaliadora do Curso de Arquitetura Urbanismo - FASIPE, Faculdade de Sinop como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em 2019.

Esp. Vanessa de Abreu Nachbar

Professora Orientadora

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - FASIPE

Ms. Ranilson A. M. Borja

Professor Avaliador

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - FASIPE

Esp. Fernanda Migliorini

Professor Avaliador

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - FASIPE

Jennifer Beatriz Uveda

Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo
FASIPE - Faculdade de Sinop.

**Sinop/MT
2019**

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a meus dois grandes amores, minha filha Hillary A. S. Lobato e a meu esposo Jorge W. Lobato. Meus grandes incentivadores e inspiradores.

AGRADECIMENTO

Não poderia deixar de agradecer em primeiro lugar a Deus, nosso criador e mantenedor por me conceder vida, ânimo e saúde para chegar até aqui.

Agradeço também a Ele por ter colocado dois anjos em minha vida, meu esposo Jorge Wanderley Lobato e minha filha Hillary Alessandra Schulz Lobato, pessoas incríveis que estiveram ao meu lado com seus sorrisos, alegrias e palavras de carinho que me motivou a superar cada desafio enfrentado.

A meus pais Natalício José dos Santos e Tereza Schulz dos Santos que me ensinaram a lutar pelos meus sonhos e nunca desistir. A cada um dos meus familiares e amigos que estiveram ao meu lado durante esta longa caminhada.

A esta faculdade por ter proporcionado ambientes adequados para um bom aprendizado.

Aos professores pelo carinho, paciência e dedicação, sem vocês não seria possível tornar esse sonho em realidade.

A minha orientadora Vanessa Nachbar a minha gratidão por ter auxiliado em uma das partes mais difíceis dessa jornada, que foi a elaboração desse trabalho, obrigada pelas dicas e correções.

Por fim, agradeço de coração, todos que direta ou indiretamente estiveram comigo durante minha vida acadêmica.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”.

(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma proposta de criação de um centro comunitário para o assentamento Gleba Mercedes I e II, uma vez que, o local não dispõe de um espaço adequado que ofereça socialização, convivência, lazer e profissionalização. Com intuito de melhorar a qualidade de vida e a renda familiar dos moradores do assentamento, verificou-se a necessidade da implantação de um centro que ofereça esse tipo de atendimento e serviços. Para isso, foram analisadas bibliografias referentes ao tema e elaborados estudos de casos para melhor entendimento desse equipamento e como ele deve ser inserir no meio urbano. Espera-se que a partir dessa implantação do centro comunitário, que esses moradores sejam contemplados de fato com um espaço para convivência e lazer, inclusive auxiliando as pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade, decorrente da exclusão social e econômica, e fazendo-as se sentirem pertencentes a comunidade. Deseja-se que o centro abranja cursos profissionalizantes, como apoio as escolas existentes na Gleba Mercedes. Espera-se que o centro ofereça caminhos para a capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e conhecimento de técnicas construtivas sustentáveis, incentivando boas práticas ao meio ambiente. Almeja-se que o assentamento tenha um crescimento e um desenvolvimento social e econômico alavancados pelo centro proposto e contribuindo para o seu empoderamento.

Palavras-chave. Centro comunitário, socialização, capacitação, empoderamento.

ABSTRACT

The present work aims to present a proposal for the creation of a community center for the settlement Gleba Mercedes I and II, since the place does not have an adequate space that offers socialization, coexistence, leisure and professionalization. In order to improve the quality of life and family income of the residents of the settlement, there was a need to establish a center that offers this type of care and services. For this, we analyzed bibliographies referring to the theme and elaborated case studies to better understand this equipment and how it should be inserted in the urban environment. It is hoped that from this implementation of the community center, these residents will actually be provided with a space for living and leisure, including helping people who are in a state of vulnerability, resulting from social and economic exclusion, and making them feel belonging to the community. The center is expected to cover vocational courses, such as supporting existing schools at Gleba Mercedes. The center is expected to offer ways for professional training, insertion in the labor market and knowledge of sustainable building techniques, encouraging good practices in the environment. The settlement aims to have growth and social and economic development leveraged by the proposed center and contributing to its empowerment.

Keywords: Community center, socialization, empowerment, empowerment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cidade de Tabaporã - MT.....	36
Figura 2: Centro Comunitário de Rehovot.....	38
Figura 3: Ponte que une os prédios.	39
Figura 4: Biblioteca.....	39
Figura 5: Fachada com Brise Solei.	40
Figura 6: Praça.	41
Figura 7: Centro Comunitário – Edifício sede do projeto viver.....	42
Figura 8: Favela do jardim Colombo.	42
Figura 9: Parede revestida com cacos cerâmicos.	43
Figura 10: Implantação dos blocos.....	44
Figura 11: Bloco suspenso.	44
Figura 12: Perspectiva dos blocos.....	45
Figura 13: Centro Comunitário BH Cidadania.	46
Figura 14: Locação do equipamentos existentes.....	46
Figura 15: Implantação.....	47
Figura 16: Planta de cobertura do Centro Comunitário BH Cidadania.	48
Figura 17: Fachada do Centro Comunitário BH Cidadania.	48
Figura 18: Aberturas Ortogonais.....	49
Figura 19: Pátios internos e murados na cor vermelha.	49
Figura 20: ADRA, Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais.	50
Figura 21: Imagem de satélite da localização da ADRA.	51
Figura 22: Quadra de areia.	52
Figura 23: Judô.....	52
Figura 24: Localização do terreno.....	58
Figura 25: Demarcação dos lotes pertencente ao terreno.....	59
Figura 26: Vista 01.	59
Figura 27: Vista 02.....	60
Figura 28: Vista 03.....	60
Figura 29: Vista 04.....	60
Figura 30: Piso Paver com Piso Tátil Direcional e de Alerta.....	61
Figura 31: Banheiro adaptado.	61

Figura 32: Rampa de acesso ao primeiro pavimento .	62
Figura 33: Rampa de acesso as calçadas.	62
Figura 34: Planta de Setorização.	63
Figura 35: Fluxograma.	64
Figura 36: Partido Arquitetônico.	66
Figura 37: Pirâmide de Maslow.	66
Figura 38: Planta de Implantação.	67
Figura 39: Brises verticais.	70
Figura 40: Painel Fotovoltaico.	70
Figura 41: Sistema de reaproveitamento e captação de água da chuva.	71
Figura 42: Sensores de presença.	72
Figura 43: Torneiras econômica.	73
Figura 44: Entrada do centro.	73
Figura 45: Entrada do centro.	74
Figura 46: Feirinha e praça coberta.	74
Figura 47: Entrada da feirinha.	74
Figura 48: PlayGround ao ar livre.	75
Figura 49: Espaço de convivência.	75
Figura 50: Quadra de vôlei.	75
Figura 51: Visão aérea.	76
Figura 52: PlayGround Coberto.	76
Figura 53: Feirinha.	76
Figura 54: Praça Coberta.	77
Figura 55: Acadêmia.	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Programa de Necessidades.....	64
Tabela 2: Quadro de Áreas.....	69

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Problematização	13
1.2 Justificativa	14
1.3 Objetivos	15
1.3.1 Objetivo Geral	15
1.3.2 Objetivos Específicos	15
2. REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 A origem dos centros comunitários no Brasil	16
2.2 O centro comunitário e suas características	17
2.3 A localização e a implantação de um centro comunitário	18
2.4 Principais atividades desenvolvidas em um centro comunitário	18
2.4.1 Empoderamento Social.....	19
2.4.2 Atividades Culturais	20
2.4.3 Trabalhos Artesanais	22
2.4.4 Capacitação Profissional.....	23
2.4.5 Esporte, Saúde e Lazer	24
2.4.6 Agricultura familiar e a qualificação dos agricultores.....	25
2.4.7 Socialização, Convivência e Cidadania.....	27
2.5 Acessibilidade	27
2.5.1 Classificação das edificações.....	29
2.5.2 Normas de acessibilidade e legislação	30
2.5.3 Desenho Universal.....	30
2.6 Arquitetura Sustentável	31
2.7 Conforto Ambiental	32
2.8 Sustentabilidade e Conforto para os Prédios Públicos	34
2.9 Breve histórico da cidade de Tabaporã – MT	35
2.10 Breve histórico da Gleba Mercedes I e II	37
3. ESTUDOS DE CASO	38
3.1 Centro Comunitário de Rehovot Hachadascha - Israel	38
3.2 Centro Comunitário Projeto Viver - São Paulo, Brasil	41
3.3 Centro Comunitário BH Cidadania - Minas Gerais, Brasil	45
3.4 Adra, Núcleo de Desenvolvimento Comunitário, Sinop - MT	50

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	53
4.1 Tipo de Pesquisa	53
4.2 População e Amostra.....	53
4.3 Coleta de dados	53
4.4 CRONOGRAMA.....	54
5. ANÁLISE DE DADOS.....	55
6. O PROJETO	58
6.1 Localização	58
6.2 Levantamento Fotográfico.....	59
6.3 Topografia	60
6.4 Acessibilidade.....	60
6.5 Parâmetros Urbanísticos.....	62
6.6 Setorização	63
6.7 Programa de Necessidades.....	64
6.8 Partido Arquitetônico.....	65
6.9 Implantação.....	67
6.10 Memorial Descritivo e Justificativo	68
6.11 Dados Gerais	68
6.12 Finalidade	68
6.13 O Projeto	68
6.14 Quadro de Áreas.....	69
6.15 Princípios Tecnológicos.....	69
6.15.1 Brises	69
6.15.2 Painel Fotovoltaico	70
6.15.3 Captação e Reutilização da Água Pluvial.....	71
6.15.4 Sensores de Presença.....	71
6.15.5 Torneira Econômica	72
6.16 Proposta de Construção do centro	73
6.16.1 Ambientes Externos.....	73
6.16.2 Ambientes Internos.....	76
7. PROJETO DE ARQUITETURA.....	78
8. CONCLUSÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	80

1. INTRODUÇÃO

O centro comunitário tem como foco principal a família e a comunidade, deste modo busca atender as necessidades básicas da população, com o intuito de garantir o bem-estar social e proporcionar melhorias na qualidade de vida, visando prevenir e minimizar os efeitos causados pelas desigualdades sociais.

Os centros comunitários agem como um polo integrador entre as famílias e os grupos, e contribui com o desenvolvimento socioeconômico e cultural do local onde está inserido, promovendo programas, atividades e ações que ajudam a despertar o conhecimento e as atitudes nos indivíduos de todas as idades com o objetivo de proporcionar o aprendizado e a socialização entre eles.

O assentamento Gleba Mercedes I e II está em constante crescimento e sua população vem aumentando a cada dia, deste modo, a necessidade por espaços adequados, que proporcionem melhor qualidade de vida torna-se imprescindível.

Dessa maneira, este trabalho tem por objetivo propor a construção de um centro comunitário que sirva como apoio para as escolas do Assentamento Gleba Mercedes, visto que a região não possui ensino superior, dificultando a capacitação profissional de seus moradores, além de proporcionar espaços de convívio, aprendizado e lazer, visando garantir o bem-estar social e a qualidade de vida dos assentados.

O Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado primeiramente na exposição do Referencial Teórico, elaborando um breve contexto histórico da origem dos centros, das atividades propostas e dos aspectos de sustentabilidade, conforto e acessibilidade.

Na sequência serão apresentados os Estudos de Caso internacional, nacional e regional, sendo possível compreender as necessidades básicas de um centro e suas técnicas construtivas. Em seguida, serão exibidos os Procedimentos Metodológicos para a elaboração do trabalho, análise dos dados coletados por questionários e as informações do projeto, como variantes do terreno, os parâmetros urbanísticos seguidos, programas de necessidades entre outros.

Por fim, são apresentados os Princípios Tecnológicos e as Diretrizes Construtivas, abordando aspectos sustentáveis inseridos ao projeto arquitetônico, como captação e reaproveitamento de águas pluviais, sistema de captação solar, pisos permeáveis, brises, equipamentos econômicos como sensores de presença e torneira regulável.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é elaborar uma proposta de projeto arquitetônico de um centro comunitário para o assentamento Gleba Mercedes I e II, que venha a atender as necessidades básicas existentes nesta região, contribuindo com o desenvolvimento social.

1.1 Problematização

O assentamento Gleba Mercedes I e II, pertencente ao distrito do município de Tabaporã – MT, conta com uma população aproximada de 9.932 pessoas, de acordo com censo de 2010, sendo que dessas aproximadamente 3.000 vivem nesses assentamentos. Assim como outras comunidades, eles enfrentam grandes problemas no quesito de entretenimento e qualidade de vida. Através de análises realizadas in loco, verificou-se a inexistência de estruturas voltadas ao esporte, lazer e profissionalização.

Apesar de localizada em uma área rural cuja atividade econômica principal é a agricultura, pouco se investe na capacitação dos agricultores, e nem mesmo na profissionalização das famílias que vivem ali.

Baseado na realidade atual da Gleba Mercedes I e II levantou-se o seguinte questionamento: é possível implantar um centro comunitário nessa região que ofereça espaços de entretenimento, profissionalização, capacitação e geração de renda aos moradores?

1.2 Justificativa

Os centros comunitários por meio de sua atuação na educação, cultura, esporte, e lazer, disponibilizam as comunidades ambientes para a capacitação de indivíduos através de oficinas, palestras, minicursos, ensino profissionalizante, e espaço para atividades culturais, além de proporcionar momentos de convívio e lazer. Ou seja, seu principal objetivo é garantir o bem-estar social, e proporcionar melhorias na qualidade de vida da comunidade local.

O assentamento Gleba Mercedes I e II no município de Tabaporã - MT não oferece a seus habitantes espaços qualificados que integrem lazer, educação, cultura e esporte, onde a população possa socializar e desenvolver habilidades interdisciplinares. Com isso, percebeu-se a carência de espaços públicos de convivência e lazer nesta área.

É importante ressaltar que nos tempos de hoje é de fundamental importância que as pessoas tenham um espaço adequado para o convívio e lazer, bem como acesso a informação e profissionalização, para que possam ter uma melhor qualidade de vida e um desenvolvimento social e cultural adequado.

Portanto, objetiva-se criar um espaço público a fim proporcionar mais qualidade de vida aos moradores e facilitar o acesso das pessoas a atividades de lazer, cultura, esporte e educação, além de incentivar as pessoas a se apropriar dos espaços públicos, como forma de ampliar o sentimento de pertencimento e identificação com a comunidade. Desta forma, justifica-se a proposta de um centro comunitário para o assentamento Gleba Mercedes I e II no município de Tabaporã – MT.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Propor a implantação de um centro comunitário para o assentamento Gleba Mercedes I e II no município de Tabaporã – MT, a fim de melhorar a renda familiar e oferecer espaços de entretenimento e socialização entre os moradores.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Propor uma edificação que atenda às necessidades da comunidade no âmbito de profissionalização, entretenimento e socialização;
- Implantar espaços com aspectos de acessibilidade e sustentabilidade;
- Proporcionar ambientes para atividades extracurriculares, como esportes e lazer para crianças e adolescentes, bem como para comunidade em geral, contribuindo com a qualidade de vida dos moradores;
- Inserir espaços para feiras destinadas à comercialização de produtos produzidos pelo centro comunitário, gerando renda as famílias locais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A origem dos centros comunitários no Brasil

Na segunda metade do século XX os países da América latina apresentaram um intenso processo de urbanização, entre eles o Brasil que enfrentou diversas consequências por conta do crescimento desenfreado da população. Maricato (2001), afirma que em 1940 a população urbana era de 18,8 milhões, e em 2000 passou a ser aproximadamente 138 milhões, pela falta de estrutura, planejamento e interesse capitalista, as cidades não conseguiram mais atender as necessidades da população, fazendo com que as famílias de baixa renda sofressem as consequências, muitas delas acabaram desabrigadas e correndo risco de vida.

Ante a essa situação, Lerbach (2010), comenta que na década de 1970 os movimentos sociais ganharam força e começaram a se expressar contra a ditadura militar, antes disso a população vivia refém da forte repressão do regime, vivendo em áreas afastadas das cidades sem infraestrutura e igualdade social. Assim iniciaram-se as manifestações da população na busca por liberdade, justiça, e efetivação dos direitos sociais, período importante para a história do país, ao contribuir para a conquista de vários direitos que fazem parte da constituição federal de 1988.

Segundo o mesmo autor, a igreja católica por meio das comunidades Eclesiais de Base – CEBs ajudavam os movimentos sociais dos países tendo como objetivo a consolidação da democracia, e assistência social. Tinham como características principais a reivindicação por infraestrutura básica e acesso aos equipamentos coletivos como creches, escola, hospitais e as políticas públicas. Partilhando do mesmo pensamento, Coutinho (2004), comenta que nas décadas de 1960 e 1970 surgiram vários centros de educação, assessoria e movimentos sociais, com foco na transformação e conscientização social. Este foi o início dos trabalhos proposto pelos centros comunitários no Brasil.

Segundo Tenório (1997), esses centros começaram a assumir um caráter mais inovador, promovendo ações voltadas para a política de desenvolvimento comunitário social, pelos quais praticavam a assistência, o apoio e os serviços em prol da comunidade, porém não tinham um planejamento organizado de suas atividades e isso dificultava a avaliação de seu trabalho fazendo com que não conseguissem apoio das instituições e empresas, dependendo apenas de doações.

Em 1980 os centros comunitários precisaram assumir um novo comportamento diante dos desafios impostos pelos acontecimentos que vinham ocorrendo contra o desenvolvimento sociocultural no país. O crescimento da inflação no Brasil desencadeou um aumento na pobreza, e fez com que o governo deixasse de repassar os recursos financeiros para as instituições de programas sociais, dessa maneira, Oliveira (1993) afirma que diante dessa situação os centros colocaram-se a frente dos problemas igualitários, precisando repensar sobre sua missão, atuação e funcionamento.

Segundo Tenório (1997), em 1990 os centros comunitários se apresentaram para a comunidade e assumiram sua identidade diante da população, passando a desenvolver ações sociais para as grandes regiões. A partir daí essas organizações foram em busca de novas parcerias do governo e de empresas para poderem obter maiores recursos e conquistar novos espaços.

2.2 O centro comunitário e suas características

Conforme Bonfim et al (2000) os centros comunitários são estruturas multifuncionais, sem fins lucrativos que visam apoiar as pessoas e as famílias em situação de vulnerabilidade social, de um determinado local, desenvolvendo diversos tipos de serviços e atividades, buscando prevenir futuros problemas sociais e contribuir para o desenvolvimento local. Tem como objetivo principal criar condições e garantir aos indivíduos o direito a cidadania.

Ainda na opinião do mesmo autor, é de grande importância que os centros comunitários adquiram parcerias, seja com voluntários que ajudam com as atividades exercidas no centro comunitário ou com empresas que colaboram financeiramente, para que se tenha êxito nos objetivos que pretende atingir. É preciso definir normas e regras que estabeleça a função que cada parceiro desempenhara demonstrando assim a responsabilidade que todos devem ter com a comunidade.

Para Tenório (1997), um centro comunitário se desenvolve a partir da associação de indivíduos com a mesma finalidade de realizar objetivos em uma determinada ação. Porém é necessário gerenciar de maneira sistemática e estabelecer critérios para que se consiga atingir os resultados esperados, alcançando um bom desempenho das atividades propostas.

Portanto, na opinião de Bonfim et al (2000), para o planejamento de um centro comunitário devem ser realizados levantamentos que apontem as necessidades e as características da comunidade local onde se deseja implantar esse equipamento. Também

devem ser elaborados estudos sobre as atividades propostas, objetivando a integração e a inclusão social.

Como dito anteriormente, O planejamento é a função que coordena as ações de um centro comunitário, e faz com que se tenham bons resultados, pois de acordo Tenório (1997), assim pode se definir o objetivo almejado, e viabilizar as ações realizadas pelas associações comunitárias de forma satisfatória, colaborando com o desenvolvimento social.

2.3 A localização e a implantação de um centro comunitário

Segundo (MORAES, GOUDARD, OLIVEIRA, 2008), para a implantação de um centro comunitário é preciso inicialmente analisar e verificar o local onde esse equipamento será construído, os projetos executivos, os materiais a serem utilizados, bem como a manutenção e a conservação destes. Os equipamentos urbanos comunitários têm características e funções próprias e são fundamentais para qualificar e organizar o espaço urbano.

Já para Neves (2015), para a implantação de equipamentos urbanos comunitários algumas questões devem ser consideradas, como, o envolvimento da comunidade local no processo de projeto, formato, estratégias específicas de manutenção, qualidade que corresponde à realidade local atendendo as características de cada lugar tornando-os mais efetivos.

Bonfim et al (2000) afirma que a localização está relacionada com a boa inserção, seja no meio urbano ou rural, de preferência num local com efetiva ou potencial centralidade, deve possuir fácil acesso, sem barreiras arquitetônicas, e obedecer às regras de segurança e salubridade definidas pelos órgãos competentes. Para ele, a implantação de um centro comunitário deve levar em consideração a valorização financeira dos espaços que já existem e obedecer à legislação vigente, principalmente quanto às normas de segurança e higiene no trabalho, segurança contra incêndio, as edificações urbanas, o licenciamento, acessibilidade, bem como os demais projetos complementares.

2.4 Principais atividades desenvolvidas em um centro comunitário

Segundo Bonfim et al (2000), a programação das atividades de um centro comunitário deve ser desenvolvida em função do tipo de comunidade em que o equipamento será implantado, deve corresponder as necessidades expressas, devendo-se conhecer os problemas na sua origem, suas causas, consequências e tendências evolutivas.

Ainda segundo o autor, nessa fase as atividades consideradas mais importantes são as de informação e animação sociocultural, pois permitem uma maior aproximação e envolvimento da comunidade, fomenta o processo da participação, contribui para a construção, aprofundamento no diagnóstico social e para um melhor planejamento de ação. Essas atividades abordam os problemas individuais e coletivos e se direcionam a comunidade em geral.

Conforme o mesmo autor a atividade de informação é voltada a prestação de esclarecimentos, faz encaminhamentos para os locais adequados, informa os indivíduos sobre os recursos existentes como a orientação sobre os direitos e deveres, benefícios e formas de procedimentos e esclarecimentos de dúvidas.

Para ele, a atividade de animação sociocultural é o método moderno de aprendizagem que visa à conscientização dos indivíduos, das famílias e dos grupos sociais, provocando neles a segurança das suas capacidades e competências, tem como principais objetivos promover formas associativas, prevenir situações de exclusão social, reforçar o sentimento de pertencimento e identidade social, a motivação para o desenvolvimento e mudança, a aprendizagem e melhoria de competências sociais e pessoais.

Ainda na opinião do mesmo autor, as atividades desenvolvidas em um centro comunitário não precisam se limitar somente a um lugar, em algumas situações deverão distribuir-se pela comunidade, e funcionar como polo de ligação, beneficiando o princípio da proximidade e da flexibilidade, potenciando as infraestruturas existentes.

Segundo ele, além das atividades já mencionadas, podem-se desenvolver outras com vistas à atender as necessidades específicas de alguns indivíduos ou grupos da comunidade, como atendimento e acompanhamento, que tem como objetivo orientar e apoiar, através de metodologias sociais e recursos humanos, com uma equipe técnica multidisciplinar, dinâmica que atenda a população em horários compatíveis, sendo composto por assistente social, psicólogo, animador cultural, administrativo e um auxiliar.

2.4.1 Empoderamento Social

Para (WUST, MARCANTÔNIO, 2014), o empoderamento é uma ação social que tem como objetivo a participação de toda a comunidade nas tomadas de decisões, ou seja, evidenciando um mundo mais democrático, onde todos tem o direito de opinar em assuntos específicos que visem melhor qualidade de vida da população em geral. Visto que o empoderamento é uma ação, esta pode ser aplicada a questões que envolvam a educação,

saúde, esporte, cultura entre outros, influenciando nas relações sociais, políticas e econômicas.

Ainda segundo o autor, outro objetivo do empoderamento social é fazer com que a voz da população seja atendida, evitando que os desejos e as necessidades de apenas um indivíduo prevaleça, sendo de suma importância que grupos de comunidades carentes possam fazer parte das tomadas de decisões nas políticas gerais, como políticas sociais, econômicas, conselhos de educação e saúde, de programas de combate à pobreza e a exclusão social entre outros.

Para Lisboa (2008), às questões educacionais, sem dúvida é um dos fatores essenciais para o empoderamento das mulheres na sociedade. Visto a necessidade de aumentar a renda familiar e o desenvolvimento econômico do país, o acesso à educação impulsionou a inserção da mulher no mercado de trabalho com remunerações mais significantes, juma vez que a educação minimiza as taxas de fertilidade e de mortalidade infantil, já que nos dias atuais as mulheres tem se preocupado primeiramente em alcançar uma vida estável economicamente para posteriormente estabelecerem laços maternais

(WUST, MARCANTÔNIO, 2014) partilha do mesmo pensamento ao comentar que cabe aos profissionais de cada área específica (Assistência Social, de educação, entre outros) atuar como facilitadores do processo de empoderamento, oferecendo oportunidades às pessoas de expor seus pensamentos, suas necessidades, possibilitando então autonomia e inclusão do indivíduo nas práticas sociais e políticas.

Um exemplo disso é o Projeto Social promovido pela Secretária de Agricultura e Assistência Social, visando incentivar mulheres em fase de capacitação profissional para o cultivo e comercialização de hortaliças, ervas medicinais entre outras plantas, para inserirem no mercado de trabalho, obterem uma renda e sem dúvidas cooperar para o empoderamento de cada integrante do projeto (PREFEITURA DE BARCARENA, 2019).

Desta maneira, o centro comunitário contribui para o empoderamento da comunidade, capacitando e habilitando o usuário a atividades específicas como trabalhos artesanais, lutas marciais, dança entre outros, com o intuito de atender as necessidades da comunidade no âmbito de socialização, entretenimento e profissionalização, fator de grande relevância para inserção no mercado de trabalho e maior renda familiar.

2.4.2 Atividades Culturais

Segundo Barros (2006), a cultura é o elemento comum que une os conjuntos na formação de uma sociedade, e é o componente essencial para o desenvolvimento de uma

coletividade. Assim a cultura torna-se o diferencial para o seu desenvolvimento econômico, pois seus valores e conhecimentos são únicos e são esses elementos que fazem as diferem em um contexto globalizado.

Para Bufelli (2012), os eventos culturais mostram em suas realizações os costumes, tradições, criatividade, os valores vividos antigamente, expressões populares artísticas e culturais. Assim agregam para a população conhecimento, lazer e identificação pessoal. São de extrema importância para a sociedade, pois contribuem para a formação e amadurecimento do ser humano, e ajuda a fortalecer a identidade pessoal e organizacional.

Segundo Kuhn (2018), as atividades culturais propiciam ganhos significativos de qualidade de vida, diminui o estresse, pois a arte faz com que se quebre o padrão mental de fluxo contínuo de ideias voltado ao trabalho ou alguma outra ansiedade, amplia o repertório de expressão emocional, pois quando se pinta uma tela, se toca um instrumento, dança, ou faz teatro, tem-se a oportunidade de ampliar a expressão emocional, vivenciando emoções positivas, extravasando ou dando novos sentidos a mágoas, raiva, angústias, ou mesmo exercitar papéis e personalidades diferentes.

De acordo com o mesmo autor, interagir com atividades culturais ou mesmo ter como hobby é uma estratégia que vai além de diversão, impacta no aumento de produtividade e bem estar, pois afeta o indivíduo diretamente transformando positivamente o seu humor, seu processamento cognitivo, potencializando sua capacidade de resolver problemas e proporcionando a experiência da atemporalidade, imprescindíveis para a formação dos conhecimentos que auxiliam na solução de problemas que dificultam o desenvolvimento do País.

A partir dessa perspectiva, Anjos (2007), afirma que a cultura é um dos fatores que proporcionam condições favoráveis para a transformação da sociedade e assume múltiplos sentidos agindo contra a violência e proporcionando identidade coletiva.

Já para Devasto (2010), as atividades culturais inserida no contexto escolar contribui com o desenvolvimento cultural e pessoal dos alunos. Propiciam o conhecimento das diversidades culturais das cidades, estados e do país, contribuindo assim com a formação de um indivíduo crítico e criativo, ainda na opinião do autor essas atividades no ambiente escolar não devem ocorrer apenas em datas comemorativas ou eventos, devem ser inseridas na grade curricular, fazendo parte do dia a dia dos alunos e abordando as diversas manifestações artísticas, pois são as formas de linguagem que permitem expressarem seus sentimentos, demonstram a satisfação do aluno com o espaço escolar e oferecem condições para que eles

melhorem nos estudos. Os alunos precisam participar de atividades culturais para poderem desenvolver sua criatividade.

Na opinião de Sponte (2018), todos os indivíduos necessitam desenvolver seu repertório cultural ainda jovem, a formação pode acontecer através da participação de brincadeiras, filmes, peças de teatros e músicas, isso tudo deve ser incentivado pelos adultos que participam da vida desses indivíduos, para ele, o contato com culturas diversificadas do Brasil e do mundo permite que as crianças, jovens e os adultos, descubram novas perspectivas, tendo a oportunidade de ampliar seus conhecimentos culturais. Os indivíduos que tem contato cedo com a cultura tem a capacidade de desenvolver os valores principais da vida em comunidade e entender diferentes assuntos do dia a dia.

2.4.3 Trabalhos Artesanais

Para Dantas (2019), o artesanato é uma técnica manual usada para produzir objetos feitos a partir de matéria-prima na sua forma natural. Tradicionalmente a produção do artesanato é de caráter familiar, onde o artesão possui as ferramentas necessárias para a produção e trabalha em conjunto com a sua família em sua residência.

Segundo Neto (2011), as atividades artesanais exercem uma grande influencia na vida dos indivíduos que transformam matérias-primas em diversos tipos de objetos para as mais variadas finalidades. Os vários tipos de matérias-primas utilizados na produção artesanal são importantes na geração de trabalho e renda, além de mostrar as riquezas existentes no Brasil. A partir do conhecimento artístico podem-se produzir objetos utilizando cerâmica, papel, plástico, tecidos, madeira, sementes e vários outros materiais alternativos.

Conforme IBGE (2009), existem mais de 8,5 milhões de artesãos no Brasil, dos quais 87% são mulheres que aprenderam a tradição com suas mães e avós.

Para Neto (2011), a maioria das famílias são envolvidas com artesanato pois essa é uma atividade de grande importância para o aumento da renda familiar e para sua sobrevivência. Segundo ele, dentre os princípios mais importantes pode-se destacar a matéria-prima em sua forma natural, a inserção da mulher e do adolescente em atividades produtivas, e a firmação do artesão em seu local de origem, evitando o crescimento desordenado das cidades, e ocupação da mão-de-obra desqualificada. Tornando-se, um meio de sobrevivência, principalmente em comunidades com índice de desenvolvimento humano baixo.

Segundo Teixeira et. Al (2010), as atividades artesanais é uma das principais fontes de sustento para as comunidades rurais, que impacta na economia, pois gera trabalho e renda,

e influência nos fatores culturais e materiais. Assim as atividades artesanais estão diretamente ligadas com os recursos naturais, estilo de vida e a forma de comercialização.

De acordo com Sampaio (2013), o artesanato é uma ferramenta que beneficia o desenvolvimento dos indivíduos principalmente as crianças, ajuda a melhorar a concentração, a disciplina, auxilia na escola e na vida em sociedade.

Segundo Montinelli (2015), a arte tem o poder de expressar ideias por meio de linguagens próprias, como a dança, teatro, música, arquitetura, pintura. Permite que o ser humano conheça sua história, conheça o processo criativo de cada linguagem artística, e entenda seu significado, para aprimorá-la. Já no contexto escolar as atividades artesanais são importantes para o desenvolvimento mental dos alunos, e ajuda a melhorar o entendimento em outras áreas de ensino como, português, matemática e geografia.

O artesanato serve como ferramenta para a reintegração e motivação dos indivíduos que durante a vida deixaram de encontrar inspiração devido a perdas, mudanças, traumas, a idade e a sensação de não ter mais utilidade para a sociedade, e de que a sua contribuição não tem mais valor (ASTROCENTRO BRASIL, 2016).

2.4.4 Capacitação Profissional

A capacitação profissional habilita os indivíduos para exercer determinadas funções, permitindo o acesso às oportunidades de trabalho com mais facilidade, com o objetivo de prepará-los para o competitivo mercado de trabalho. Durante o período de capacitação é preciso trabalhar conteúdos específicos, básicos e formas de gestão, para que o indivíduo possa aprender da melhor forma sobre a profissão e como deve se portar, agir e vestir perante o novo desafio ou novo trabalho (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2019).

Segundo Borges (2015), a capacitação ajuda o indivíduo a aumentar seus conhecimentos, desenvolver suas capacidades, e melhorar suas atitudes visando o desenvolvimento social, econômico e cultura da sociedade, bem como a realização profissional e pessoal. É vista como uma ferramenta que beneficia a evolução do indivíduo, seja pela experiência vivida ou conhecimento adquirido. Ela o insere com mais facilidade no mercado de trabalho e possibilita uma melhora significativa em sua vida social e financeira.

Para Carreiras (2018), as empresas buscam cada dia mais por profissionais capacitados para desenvolver determinadas funções e muitas vezes não encontram. Assim aumenta a necessidade da capacitação profissional, pois os indivíduos com essas atribuições ganham espaço no mercado de trabalho e é cada dia mais valorizado.

Segundo Lopes e Signor (2011), o maior índice de desemprego está entre os jovens, situação preocupante, pois quanto menor a renda, menores são possibilidades de frequentar um curso profissionalizante, o que dificulta sua carreira profissional, pois muitas vezes não consegue encontrar um emprego formal, sujeitando-se a ocupar vagas de nível inferior, na maioria das vezes no trabalho informal, que não garante nenhuma proteção ou direito trabalhista.

A capacitação profissional de jovens e adolescentes é muito importante, pois ajuda no combate da marginalidade. Apresentar desde cedo o que é trabalho e os capacitar para isso, evita que sejam levados com facilidade para o mundo do crime. Aprendendo uma profissão eles poderão ajudar suas famílias e aprenderão a dar valor a cada centavo ganho (INFO JOVEM, 2019).

Os cursos de capacitação profissional estão cada dia mais acessíveis, porém ainda existe uma grande parcela de indivíduos que não tem acesso a esse tipo de conhecimento. Essas atividades inseridas em um centro comunitário facilitam e aproximam da comunidade a chance de se capacitar e auxiliar no crescimento e desenvolvimento da mesma, como exemplo tem os trabalhadores rurais precisam aprender novas técnicas de plantio e cultivos que não agriam o solo, esses processos mudam com o passar dos anos novas técnicas são descobertas, técnicas que auxiliam e facilitam o método de trabalho e isso precisa ser repassado. A capacitação profissional é a melhor forma de repassar esses conhecimentos e integrar os indivíduos com a modernização (BORGES, 2015).

2.4.5 Esporte, Saúde e Lazer

Cada dia que passa o homem vem diminuindo as práticas esportivas, e por muitas vezes opta por um estilo de vida sedentário que acaba provocando distúrbios como má alimentação, obesidade, tabagismo, e estresse. Com isso, os esportes e atividades físicas vêm se mostrando cada vez mais importantes para a sociedade.

A prática de exercícios regulares aumentam a autoestima e confiança dos indivíduos, melhora a capacidade mental, ajudando na concentração e na memória, aumentam os níveis do bom colesterol, combate a depressão, previnem doenças crônicas, regula a taxa de açúcar no sangue reduzindo o risco de diabetes, retarda o envelhecimento e é fundamental para a construção e manutenção da massa óssea (BRASIL ESCOLA, 2018).

O esporte e o lazer são considerados muito importantes para o desenvolvimento humano, pois colaboram com a formação integral dos indivíduos e ajudam a melhorar a qualidade vida da sociedade. Porém, não devem ser vistos como solucionador de problemas e

nem deve ser usado para desviar a atenção dos problemas sociais existentes (BRASIL ESCOLA, 2018).

Na opinião de Queiroz (2018), a prática de esportes e lazer beneficiam os indivíduos, pois ajudam a melhorar a autoestima, facilita à comunicação, a cooperação, a disciplina, a tolerância, aumenta a capacidade de liderança, respeito a regras, trabalho em equipe, além de proporcionar uma vida saudável para quem os pratica. Também auxilia no combate de doenças, uso de drogas, criminalidade e ajuda a diminuir a evasão escolar.

Para ele, o esporte e o lazer tem um papel sociocultural e econômico, pois são geradores de empregos e renda, criam uma rede de ação econômica, que tem efeitos nas indústrias que produz os materiais esportivos, no comércio que os vende, na promoção comercial, no turismo e nas empresas prestadoras de serviços, entre outros setores. Também são fundamentais na caracterização da identidade do país fazendo parte da diversidade cultural. Ainda na opinião do autor o esporte e o lazer são partes inseparáveis do desenvolvimento nacional, uma riqueza que se soma aos recursos naturais, aos valores culturais, à população brasileira.

A Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou em 2003 um documento com o nome, esporte para o desenvolvimento e a paz. É um relatório que faz uma análise da situação do esporte no mundo e propõe ações práticas para os governos. Ele trata sobre o potencial do esporte como uma ferramenta para o desenvolvimento e a paz, o esporte na busca das metas do desenvolvimento do milênio, esporte e saúde, esporte e educação, esporte e desenvolvimento sustentável, esporte e paz, esporte e comunicação, esporte e parcerias, esporte e HIV/AIDS. Neste documento fica claro a importância do esporte na vida das pessoas e como ele auxilia na qualidade de vida (NAÇÕES UNIDAS, 2003).

2.4.6 Agricultura familiar e a qualificação dos agricultores

A agricultura familiar é a produção agropecuária realizada por pequenos produtores, suas famílias e alguns empregados assalariados. Os produtos colhidos servem de alimento e fonte de renda para essas famílias, pois elas tiram seu sustento dos produtos que plantam e abastecem boa parte da população. Cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil é produzido pela agricultura familiar (MAGALHÃES, 2018).

Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) a agricultura familiar pode ajudar a acabar com a fome mundial e atingir a segurança alimentar sustentável. No Brasil, ela representa 84% de todas as propriedades rurais do país e emprega pelo menos 05 milhões de famílias (GOVERNO DO BRASIL, 2014).

Tem como característica principal o plantio de vários tipos de produtos, que é denominado como policultura, os produtos são vendidos pelos agricultores e são facilmente encontrados por todo o país, entre eles se destacam as frutas, verduras, legumes, e animais, os principais produtos são o café, milho, leite, mandioca, trigo, feijão, arroz, carne suína, carne bovina e aves. E contribui para a geração de renda e emprego no campo e melhora a qualidade dos produtos tornando-os superior aos convencionais (MAGALHÃES, 2018).

Esse tipo de agricultura favorece a utilização de práticas produtivas sustentáveis devido aos variados tipos de plantio, ao uso responsável da terra e à preservação do patrimônio genético, além de ser vantajoso tanto para o produtor rural quanto para o país. O grande consumo de alimentos vindos da agricultura familiar no Brasil beneficia a produção familiar quando os mercados locais se tornam viáveis economicamente para o agricultor. Já para o país as vantagens são maiores, pois contribuem com o crescimento econômico, sustenta as políticas de combate à fome e geração de emprego principalmente nas áreas rurais, contribuindo no combate ao êxodo rural, e melhorando a qualidade de vida nas cidades (ROYAL MÁQUINAS, 2015).

Segundo Nogueira (2009), em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, pelo Ministério da Agricultura Abastecimento e da Reforma Agrária, tendo como objetivos, fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, elevar os níveis de profissionalização dos agricultores e familiares proporcionando novos padrões tecnológicos e de gestão, viabilizar a infraestrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural.

Na opinião de (CARMO; COLOGNESE, 2010), a qualificação é baseada em cursos que atendam a demanda de capacitação, voltados para os agricultores que tem interesse em melhorar a atuação no local em que vivem e proporcionar uma atividade diferenciada com qualidade. É muito importante, pois gera oportunidades e renda no meio rural e é considerado um conjunto de competências profissionais, que engloba um conjunto de habilidades, qualidades. A qualificação e a capacitação é um forte instrumento para a permanência do agricultor no campo, e é fundamental para o aprimoramento das atividades agrícolas e requisito indispensável para que se busque uma melhoria contínua, adquirindo e ampliando seus conhecimentos.

2.4.7 Socialização, Convivência e Cidadania

De acordo com Rodrigues (2015), a socialização é o processo pelo qual se aprende normas, regras e costumes de uma sociedade, de forma que se consiga conduzir a convivência diária.

Já para Bezerra (2018) a socialização assimila os hábitos culturais e o aprendizado social das pessoas, por meio da qual as pessoas apreendem os valores e as regras da sociedade. Esse processo acontece através das relações sociais entre as pessoas durante toda a vida. Os seres humanos desde cedo se socializam por meio de normas, valores, e hábitos dos grupos sociais que frequentam independente de cor, raça ou classe social, estão sempre socializando, seja no trabalho, na escola, na igreja ou na faculdade.

Segundo Bodart (2009), os processos de socialização estão classificados em três fases, são elas, socialização primária, socialização secundária e socialização terciária. A Socialização Primária acontece na infância e se desenvolve no meio familiar. É nesse estágio que se desenvolvem a normas e valores, é a fase que a criança aprende e interioriza a linguagem, as regras básicas da sociedade, a moral e os modelos comportamentais do grupo ao qual se pertence. Já a Socialização Secundária é o processo que insere o indivíduo já socializado em novos meios sociais, fora do ambiente familiar, integrando o indivíduo em novos contextos, como as escolas, trabalho, e grupos de amigos, isso ocorre na vida adulta e a Socialização Terciária é a fase em que o indivíduo não se abstém de nada, nada é proibido, ele passa a defender suas teses até as últimas consequências e a maioria das pessoas não conseguem atingir essa fase terciária de socialização humana.

Segundo Tramontin (2014), por mais individualista que o ser humano possa ser ele precisa conviver com outros indivíduos, seja para expressão cultural, reprodução da espécie ou diversão, pois é inevitável o contato e a interação entre as pessoas. É através da qual, que entra o conceito de socialização, e com ele aprendem-se certas características, comuns a todos, ou pelo menos a determinado grupo social. Assim pode-se entender a importância do processo de comunicação entre os indivíduos, gerada pela socialização. Esta pode acontecer de diversas formas e em diferentes locais.

2.5 Acessibilidade

Segundo Decreto Federal 5.296/2004, acessibilidade são as condições e possibilidades de alcance para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e

dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Ainda sobre o Decreto as barreiras são definidas como:

Qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade das pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, são classificadas em barreiras urbanísticas, as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público, barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar, barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes e barreiras nas comunicações e informações, qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (Decreto nº 5.296/2004 p. 2).

Sendo assim, Aguiar (2010), esclarece que o conceito de acessibilidade passou a ser mais bem compreendido quando houve a compreensão da palavra barreira, que é classificada como um obstáculo físico limita a mobilidade, e não possibilita o uso seguro e confortável do local e dos seus elementos. A acessibilidade relaciona-se com a capacidade de atingir um determinado local. No caso dos indivíduos portadores de deficiência ou mobilidade reduzida, a promoção de espaços com maior facilidade de deslocamento assegura o menor esforço. Essas barreiras podem ser evitadas por meio de diferentes soluções conforme as necessidades dos usuários.

Segundo Moura (2015), não são somente as pessoas com deficiência que enfrentam os problemas com acessibilidade, outros grupos da sociedade também enfrentam essa dificuldade, tais como os idosos, cardíacos, obesos, pessoas com problemas respiratórios, mulheres grávidas, pessoas com carrinho de bebê, e todos aqueles que, por alguma razão, tem limitada sua capacidade de deslocamento ou de acesso. Ainda de acordo com Moura (2015), a acessibilidade e a inclusão social estão diretamente relacionadas, entretanto, deve-se conceituar a acessibilidade como uma condição de possibilidade de acesso das pessoas nos vários âmbitos da vida, sendo uma condição fundamental e necessária a todo processo de inclusão. Conclui-se, que acessibilidade é tornar as coisas acessíveis para qualquer pessoa com algum tipo de limitação temporária ou permanente.

A acessibilidade é uma característica fundamental do ambiente que assegura melhor qualidade de vida para os indivíduos, devendo estar presente em todos os espaços físicos, principalmente os de uso público, no transporte e nos sistemas tecnológicos de informação e comunicação, sejam em áreas urbanas ou rurais. Além disso, Ela tem grande relevância, pois

produz bons resultados sociais, contribuindo para o desenvolvimento inclusivo, coloca-la em prática é fundamental, porém depende de mudanças no âmbito cultural e social. Deste modo as decisões do governo e os programas e as políticas públicas são fundamentais para incentivar novas maneiras de agir, de comunicação e uso dos investimentos públicos, para assegurar todos os direitos e cidadania, com o intuito de proporcionar as pessoas com deficiência viver de maneira independente, podendo aproveitar o máximo da vida (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2017).

2.5.1 Classificação das edificações

Conforme o Decreto Federal nº 5.296/2004, as edificações são classificadas como de uso privado, público e coletivo, e devem possuir todas as condições necessárias para o acesso e o uso universal de todas as pessoas, principalmente as que possuem algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida.

De acordo com o (GUIA PRÁTICO DE ACESSIBILIDADE, 2004), as edificações de uso privado são aquelas reservadas à moradia, que são classificadas como unifamiliar e multifamiliar. Estas edificações devem garantir acessibilidade em todas as partes de uso comum ou abertas ao público, como acessos, piscinas, playgrounds, salão de festas e reuniões, saunas e banheiros, quadras esportivas, portarias, estacionamentos e garagens.

Ainda na definição do guia, às edificações de uso coletivo são aquelas designadas às atividades de uso comercial, esportiva, financeira, hoteleira, cultural, turística, recreativa, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, principalmente as edificações de prestação de serviços nesses segmentos).

Já no (GUIA DE ACESSIBILIDADE, 2009), diz que as edificações de uso público são aquelas administradas por instituições da administração pública, direta ou indireta, ou por prestadoras de serviços públicos, destinadas à população em geral. Estas edificações devem garantir o acesso facilitado às suas dependências, livre de barreiras e obstáculos que dificultam a acessibilidade.

Conforme o guia Durante a construção, reforma ou ampliação estas edificações deverão seguir os princípios do desenho universal, atender o que é determinado na legislação vigente e estar em conformidade com o padrão técnico das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT sobre acessibilidade.

2.5.2 Normas de acessibilidade e legislação

A principal norma que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos é a NBR 9050/2015, esta norma estabelece critérios e parâmetros técnicos que devem ser observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. Visa proporcionar ao maior número de pessoas a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.

Na opinião de Moura (2015), além de estabelecer definições de acessibilidade, desenho universal e barreira arquitetônica ambiental, caracteriza os diferentes tipos de deficiência que devem ser levados em consideração no processo de planejamento.

Entre as Legislações destacam-se três Leis Federais a Lei Nº 7.405, de 12 de novembro de 1985 torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência. A Lei nº 10.048 de 8 de Novembro de 2000, trata sobre o atendimento prioritário a um determinado grupo de pessoas, e a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

2.5.3 Desenho Universal

De acordo com o (GUIA DE ACESSIBILIDADE, 2009), o desenho universal tem em vista a incorporação de padrões dimensionais de utilização e manejo de objetos, de maneira que atinja uma grande quantidade de pessoas, independente de sua idade, tamanho ou condições de mobilidade, procurando respeitar a diversidade física e sensorial na concepção de espaços e objetos, resguardando ainda a sua autonomia.

Já em (SOLUÇÕES PARA CIDADES, 2012), tem como princípios básicos possibilitar que as pessoas dos mais variados padrões consigam interagir sem limitação como o espaço projetado, considerando sempre os limites físicos e sensoriais. Diminuir as distâncias entre produtos e ambientes para evitar esforço e cansaço físico. Adaptar os ambientes e os produtos para que promovam principalmente a inclusão de pessoas com deficiência visual e auditiva. Compor produtos e ambientes para que sejam projetados para operarem como um sistema e não como partes isoladas.

Para a elaboração de um desenho universal devem ser considerados os seguintes parâmetros:

O uso equitativo que equipara as possibilidades de uso, o uso flexível que pode ser utilizado por uma gama de indivíduos, o uso simples e intuitivo, de fácil compreensão, informação de fácil percepção que comunica ao usuário as informações necessárias de forma facilitada, tolerância ao erro, minimiza o risco e as consequências adversas de ações involuntárias ou imprevistas, baixo esforço físico que pode ser utilizado por qualquer usuário com mínimo esforço físico, dimensão e espaço para acesso e uso, espaço e dimensões apropriados para interação, alcance, manipulação e uso, independente de tamanho, postura ou mobilidade do usuário (SOLUÇÕES PARA CIDADES, 2012, p. 7).

De acordo com DECRETO Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, todos os projetos arquitetônicos e urbanísticos precisam se basear nos princípios de desenho universal, seguindo como referência as normas técnicas de acessibilidade conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, para garantir que todas as edificações sejam acessíveis a todo e qualquer cidadão independente do tipo de deficiência ou mobilidade reduzida que este apresenta.

Para Caruso (2019), o desenho universal pode ser aplicado em ambientes, produtos e serviços, e visa garantir que o objeto de intervenção seja utilizado pelo maior número de pessoas independente de sua deficiência ou mobilidade reduzida. Para isso, o projeto deve ser desenvolvido de modo que garanta a utilização de maneira simples e intuitiva e de fácil compreensão.

2.6 Arquitetura Sustentável

Sustentarqui (2015), define a arquitetura sustentável é aquela que busca minimizar os impactos ao meio ambiente sendo ecologicamente correta, e provendo o desenvolvimento social cultural, além de ser viável economicamente.

Segundo Melhado (2013), comenta que uma edificação sustentável é aquela que quantifica os impactos que causa ao meio ambiente e a saúde humana, e emprega tecnologias disponíveis para diminuí-los, que consome pouca energia, água e outros recursos naturais e considera o ciclo de vida dos materiais utilizados. Seu objetivo é integrar em um único projeto estética, conforto e qualidade de vida, com o mínimo de impacto no entorno. A arquitetura sustentável contribui para melhorar a qualidade de vida e a convivência entre os indivíduos em seu ambiente.

Já para Araújo (2014), a arquitetura sustentável é definida como um sistema construtivo que causa alterações conscientes no entorno, entendendo as necessidades de habitação do ser humano moderno e preservando o meio ambiente e os recursos naturais, garantindo qualidade de vida para todas as gerações.

Para Sá (2008), a arquitetura tem como princípio planejar e projetar o uso e o aproveitamento dos espaços, de forma a atender as necessidades de convivência, proteção, e trabalho das pessoas. O projeto arquitetônico tem um papel fundamental no desempenho ambiental de uma edificação, é nessa etapa que são definidos a maior parte dos custos de uma obra e é nesse momento que devem surgir soluções minimizadoras de impactos ambientais. Para o autor, as tecnologias utilizadas na construção sustentável devem ser monitoradas constantemente visando uma melhoria contínua, pois sofrem renovações constantes, com uma infinidade de variáveis, de modo que existem diferentes soluções para cada obra.

Archdaily (2016), comenta que os projetos de edificações sustentáveis devem prever o uso eficiente de energia, da água, de materiais certificados e renováveis, o aproveitamento das condições naturais locais, a qualidade ambiental interna e externa da edificação.

A arquitetura sustentável é regida por alguns princípios norteadores o aproveitamento das condições naturais do local, análise e utilização consciente do terreno e do entorno, qualidade ambiental, atender as normas e legislações, priorizar a saúde e o bem-estar dos ocupantes, uso de matérias primas ecológicas, uso de tecnologias inovadoras, redução de consumo água e energia, paisagismo sustentável e viabilidade econômica (FORUM DA CONSTRUÇÃO, 2016).

2.7 Conforto Ambiental

O conforto ambiental tem como propósito principal propiciar aos assentamentos humanos as condições adequadas para habitação, utilizando-se razoavelmente os recursos naturais disponíveis, fazendo com que a construção corresponda conceitualmente, fisicamente, socialmente, culturalmente e economicamente às necessidades e condicionantes do meio ambiente natural (SIQUEIRA, 2014).

Partilhando o mesmo pensamento, Dragone (2018), diz o conforto ambiental entende o estudo das condições térmicas, acústicas e luminosas, além dos fenômenos físicos associados a elas como um dos condicionantes da forma e da organização do espaço.

De acordo com o Instituto Brasileira de desenvolvimento de arquitetura (2014), os principais objetivos do conforto ambiental é orientar a edificação visando o equilíbrio dos ganhos térmicos, prover os ambientes de ventilação e iluminação natural. Desta forma, dentro do conceito do conforto ambiental é preciso entender e se preocupar com quatro aspectos, os confortos térmico, luminoso, acústico e visual.

Conforto térmico garante um ambiente confortavelmente climatizado, onde a temperatura do corpo dos indivíduos e a temperatura do ambiente não provoquem desconforto e auxilia na economia de energia.

Arantes (2013), esclarece que as edificações devem oferecer condições térmicas compatíveis ao conforto térmico humano sejam quais forem às condições climáticas externas. Para isso o terreno de implantação deve ser analisado cuidadosamente referente aos aspectos climáticos, o edifício a ser projetado deve ser elaborado prevendo o conforto. A forma da edificação tem grande influência no conforto térmico e na quantidade de energia consumida, sua função também é de grande importância para algumas decisões projetuais já que um mesmo projeto arquitetônico, quando aplicados a diferentes fins, pode apresentar comportamentos ambientais e energéticos diferentes.

Conforto acústico garante uma boa isolamento acústica, controlando os sons e ecos de cada ambiente para que não se torne desconfortável e cansativo para os indivíduos (IBDA, 2014). Condição importante para alcançar o bem-estar em uma edificação, pois a ausência de conforto acústico tem grande impacto na saúde e na produtividade. Para proporcionar maior conforto acústico em ambientes de uso coletivo é necessário empregar materiais que isolem tanto o ruído proveniente de fora do prédio, como os ruídos internos (CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL, 2012).

Conforto luminoso garante a correta iluminação dos ambientes seja ela artificial ou natural, planeja quais locais terão maior ou menor incidência de luz solar e auxilia na redução dos gastos (IBDA, 2014).

É determinado também pela iluminação natural que se capta pelos olhos, receptores extremamente sensíveis e complexos que precisam de conforto para funcionar de forma eficiente. É muito importante para o bem-estar psíquico manter de forma regular, o contato visual com os elementos naturais, porque reforçam a sensação de serenidade e de confiança quando se estabelece a relação com a natureza (CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL, 2012).

O conforto luminoso relaciona-se com os fatores voltados às preferências humanas, contemplando os aspectos qualitativos ligados ao bem estar e à satisfação dos indivíduos no espaço (VALVERDE, 2014).

Conforto Visual garante que o ambiente seja visualmente confortável. Preocupando-se com a decoração do espaço, a distribuição dos móveis, e as cores dos ambientes para que não se tornem cansativos (IBDA, 2014).

Interfere diretamente na produtividade e na qualidade de vida. A iluminação correta, a escolha certa das lâmpadas e luminárias, e a utilização adequada das cores e texturas,

produzem um ambiente que contribui para o conforto e o bem estar dos indivíduos. Existem alguns critérios que devem ser seguidos para garantir qualidade e conforto em um determinado espaço, como a quantidade de luz, o uso de luminárias que não causem ofuscamento, e o cuidado com os contrastes criados pela luz, pois podem provocar sensações prejudiciais (VESTA, 2019).

Nas edificações é uma condição importante a alcançar para promover o bem-estar, a saúde e também, para aumentar a produtividade no trabalho. O desconforto visual é um forte motivador que altera as condições em que os indivíduos se encontram, quando estas não são adequadas.

O conforto visual relaciona-se com diversos fatores como por exemplo, formato e as dimensões de um espaço, a intensidade da luz, a sensibilidade visual e a cor. Refere-se às condições que um ambiente precisa ter para atender as necessidades visuais, que garantam a realização de tarefas visuais com precisão, como mínimo esforço, sem risco prejudicial aos olhos, reduzindo os riscos de acidentes (VALVERDE, 2014).

O cuidado com a sua orientação quanto à insolação, o bom aproveitamento de recursos como ventilação natural e o sombreamento de fachadas, assim como a especificação criteriosa de materiais são algumas das soluções que quando inseridas dentro de um contexto global de um projeto podem contribuir para garantir boas condições de climatização a um edifício (ARANTES, 2013).

2.8 Sustentabilidade e Conforto para os Prédios Públicos

O conforto ambiental nas edificações de uso público é muito importante, pois normalmente o fluxo de pessoas nesses locais é maior do que em uma edificação convencional, o que ocasiona por muitas vezes desconforto, seja térmico, lumínico, visual, ou ergométrico. Ele tem diversos benefícios tanto para as pessoas quanto para o meio ambiente, proporcionando funcionalidade, qualidade de vida e satisfação e ainda ajuda reduzir o consumo de energia e água da edificação (SOUZA, 2011).

Segundo Viggiano (2010), a elaboração de um projeto de uma edificação pública sustentável demanda uma grande dedicação, pois devem ser elaboradas soluções que garantam o bom funcionamento visando a total eficiência energética e a integração ao meio urbano.

Conforme Silva e Freitas (2016), a construção pública é projetada para ser executada e finalizada dentro do prazo, no preço estabelecido e em compatibilidade com a legislação e parâmetros estabelecidos no documento de licitação. Além desses princípios básicos, um

prédio público deve priorizar a sustentabilidade, minimizando os impactos causados ao meio ambiente e aos indivíduos, tendo em vista a prolongação da vida útil do edifício para diminuir gastos com a execução e a manutenção.

Em 2010 o Governo Federal publicou a instrução normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 que “dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal direta”. Definido em seu Art. 4º:

Nos termos do Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental (GOVERNO DIGITAL, 2010 p. 2).

Segundo Souza (2011), o setor público tem como papel principal estimular o desenvolvimento sustentável, visando a sua responsabilidade social, econômica e educacional.

2.9 Breve histórico da cidade de Tabaporã – MT

A cidade de Tabaporã - MT (Figura 1), localiza-se a 643 km da capital Cuiabá, o nome da cidade é de origem indígena, Tabaporã significa taba: aldeia, povoação e porã: bonito, belo, formoso, foi sugerido pelo poeta Carlos Drumond de Andrade (PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ, 2019), fundada pelo colonizador José Pedro Dias também conhecido como Zé Paraná, em 20 de dezembro de 1991 (PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ, 2019). Segundo o IBGE (2018), o município conta com aproximadamente 9.565 habitantes, e possui uma área de 8.225,389 km².

O projeto de colonização da gleba Tabaporã surgiu 1984 após a firmação de contrato entre a Apolinário Empreendimentos Imobiliários Ltda., que pertencia ao grupo comercial Isaias Apolinário e Zé-Paraná Empreendimentos Ltda., que pertencia ao colonizador e comendador José Pedro Dias. Contava com uma área de aproximadamente 40 mil quilômetros quadrados (IBGE, 2017).

Figura 1: Cidade de Tabaporã - MT.



Fonte: Prefeitura de Tabaporã – MT (2019).

Foi registrado um grande fluxo migratório em 1985, quando várias famílias chegaram ao lugar à procura da terra própria, a maioria desses pioneiros era dos estados de São Paulo e Paraná e vinham atrás de terra boa e baixo custo, isso permaneceu até 1986, depois desse período houve uma estabilização na vinda de famílias migrantes devido ao quadro de venda nas áreas agricultáveis por problemas conjunturais de influência nacional (IBGE, 2017).

A Gleba Tabaporã foi elevada à categoria de distrito pela Lei nº 5.093, de 16 de dezembro de 1986. O município de Tabaporã foi criado pelo colonizador José Pedro Zé Paraná em 20 de dezembro de 1991, pela Lei Estadual nº 5.913, com território desmembrado de Porto dos Gaúchos (FERREIRA, 2017).

A economia do município é baseada principalmente na agricultura e pecuária. A cidade conta com belezas naturais provenientes da floresta amazônica. O clima é tropical e a temperatura média é de 26 graus, podendo variar de 16 graus, na estação chuvosa que vai de setembro a fevereiro, até 40 graus na estação seca que vai de março a agosto (ACESSE NOTÍCIAS, 2010).

2.10 Breve histórico da Gleba Mercedes I e II

O assentamento Gleba Mercedes I e II localizado no município de Tabaporã pertencente ao grupo Mercedes Benz, surgiu a partir de uma indicação feita pelo sindicato rural da cidade. Também conhecida por Assentamento Mercedes-Benz I e II assim chamado na época foi criado em 1996 em uma área de 63 mil hectares, subdividido em 1012 lotes rurais, algumas reservas e áreas sociais e coletivas (GIROTO, 2002).

No início os assentados da gleba passaram por diversas dificuldades, por se localizar numa área de difícil acesso, principalmente no período das chuvas. A distância do município até a gleba era de 140 km, atualmente essa distância é de 84 km devido ao crescimento da cidade. A infertilidade do solo também gerou um grande transtorno, pois não tinham como preparar o solo para plantio, pois isso demandava um investimento muito alto (GIROTO, 2002).

Atualmente na gleba Mercedes I e II vivem 1.021 famílias em propriedades de 60 hectares cada uma. Tem como principal fonte de renda a agricultura familiar no plantio de soja, milho, maracujá, acerola e a produção de leite. Possui uma escola estadual e uma municipal, creche e posto de saúde (PREFEIRURA DE TABAPORÃ, 2017).

3. ESTUDOS DE CASO

3.1 Centro Comunitário de Rehovot Hachadascha - Israel.

O centro comunitário Rehovot Hachadascha (Figura 2) está localizado no centro do bairro New Rohovot, em uma área que foi reservada para prédios institucionais, onde já possui uma escola primária e um health club no sul de Israel.

Para a elaboração desse projeto foi realizado em 2011 um concurso onde o escritório de arquitetura Kimmel Eshkolot Architects foi escolhido para executá-lo sendo financiado por Keren Hayesod Switzerland, sob a coordenação do presidente Sami Bollag (KIMMEL, 2016).

O centro foi inaugurado dia 03 de abril de 2016 e conta com 2500 metros quadrados de área, executado pela construtora Bonei Binyan LTD, e coordenado pelo gerente de projetos Miki Gronsky (ARCHDAILY, 2017).

Figura 2: Centro Comunitário de Rehovot.



Fonte: Kimmel Eshkolot Architects, (2016).

O centro comunitário Rehovot Hachadascha é formado por dois prédios. O prédio principal oferece vários espaços com uma grande variedade de atividades de lazer voltadas para os jovens e idosos (JAF-FOUNDATION, 2017).

Possui dois andares, o piso superior parece flutuar sobre o piso térreo, proporcionando sombreamento. Foi projetado de uma maneira que as atividades como a dança, ficasse exposta para atrair o público que passasse por ali. Possui oficina de artes e ofícios, estúdios de dança, salas de música, estúdios de artes marciais, uma sala polivalente e uma ala juvenil. Mede aproximadamente 1690 metros quadrados e se conecta com a biblioteca através de uma ponte (Figura 3) (JAF-FOUNDATION, 2017).

Figura 3: Ponte que une os prédios.



Fonte: Archdaily (2017).

A biblioteca (Figura 4), foi financiada por Mif'al Hapeis, fica ao lado do prédio principal e foi projetada envolta de uma parede de livros, que também se projeta para as fachadas, seu telhado serve como um terraço que possibilita o acesso separado a ala juvenil através de uma ponte. As escadas dão acesso ao telhado que incluem áreas lazer e um anfiteatro (ARCHDAILY, 2017).

Ela serve como um centro multimídia, proporcionando integração e atraindo indivíduos de todas as faixas etárias para desenvolverem diversas atividades. Os dois prédios foram projetados para funcionar tanto em conjunto quanto separados (KIMMEL, 2016).

Figura 4: Biblioteca.



Fonte: Archdaily (2017).

O principal material utilizado na construção do centro foi o Bambu plastic composite-BPC, o material é composto por polímero de bambu, altamente resistente, e é indicado para usos interno e externo. Com ele foi construído um brise soleil (Figura 5) que

cobre as fachadas do volume, criando uma aparência contínua e proporcionando sombra às janelas. No interior do brise cria-se um padrão variável de luz e sombra nas paredes brancas e piso escuro (ARCHDAILY, 2017).

Figura 5: Fachada com Brise Solei.



Fonte: Archdaily (2017).

Um dos principais partidos arquitetônicos desse projeto foi à busca pela integração da edificação ao meio urbano. Pensando assim, deu-se a locação dos dois prédios envolta de um pátio protegido, que se liga com uma escola ao lado leste e com um centro desportivo ao norte. A praça interna (Figura 6) foi projetada para que os usuários pudessem usufruir do local e os pedestres pudessem utilizar como atalho e ao mesmo tempo contemplar o edifício enquanto se deslocam para outro lugar. O centro comunitário é inteiramente acessível para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (ARCHDAILY, 2017).

Figura 6: Praça.



Fonte: Kimmel Eshkolot Architects, (2016).

Este centro comunitário foi escolhido como estudo de caso devido a sua integração com o meio urbano e as tecnologias utilizadas para a sua construção.

3.2 Centro Comunitário Projeto Viver - São Paulo, Brasil.

O Centro Comunitário Projeto Viver (Figura 7), foi projetado em 2003 pelo escritório FGMF Arquitetos, tendo como autores Fernando Forte, Lourenço Gimenes e Rodrigo Marcondes Ferraz, contribuíram também as arquitetas Marília Caetano, Cecília Reichstul e do paisagista Raul Pereira. A Obra foi executada pela construtora TS Inova Engenharia, e finalizada em 2005 (ARCO WEB, 2010).

Este projeto ganhou vários prêmios, entre eles o prêmio Eduardo Kneese de Melo da IAB-SP em 2005, Menção Honrosa, na Bienal de Arquitetura de Brasília em 2006 e o prêmio Rogelio Salmons em 2014, que tem como critério de avaliação a criação de espaços abertos e espaços coletivos significativos que contribuam com a consolidação das cidades da América Latina e do Caribe (ARCO WEB, 2010).

Figura 7: Centro Comunitário – Edifício sede do projeto viver.



Fonte: Arco web (2010).

O centro comunitário foi implantado em um terreno de 1500 metros quadrados, localizado na favela do jardim Colombo (Figura 8), na zona sul de São Paulo, era o último terreno remanescente disponível no local. A área servia de acesso às ruas da favela, sendo utilizado como estacionamento, ponto de encontros e depósito de lixo (MELLO, 2019).

O projeto conta com 1000 metros quadrados de área construída e é uma construção de baixo custo tendo como materiais predominantes o concreto aparente e a cerâmica. Desde o início do projeto os arquitetos buscaram criar um espaço público qualificado que atraísse a população, buscando preservar o acesso de veículos e pedestres previamente existente no local (MELLO, 2019).

Figura 8: Favela do jardim Colombo.



Fonte: Vitruvius (2014).

A área é composta por um conjunto de escadas que se adaptam ao desnível natural do terreno, a comunidade utiliza como entrada, e como local de concentração, descanso e diversão (PRÊMIO FUNDACION ROGELIO SALMONA, 2014).

O prédio foi construído com concreto armado, sendo blocos de concreto para a vedação e esquadrias de ferro que funcionam como brise e elementos móveis metálicos e vidros que permitem à integração do prédio a comunidade. Possui escadas e passarelas metálicas feitos em malha expandida e chapa metálica. Os elementos metálicos nessa obra funcionam como enxerto na edificação de blocos de concreto aparente pintados de branco. Foram utilizados também cacos cerâmicos (Figura 9), como revestimento de paredes externas e internas (MELLO, 2019).

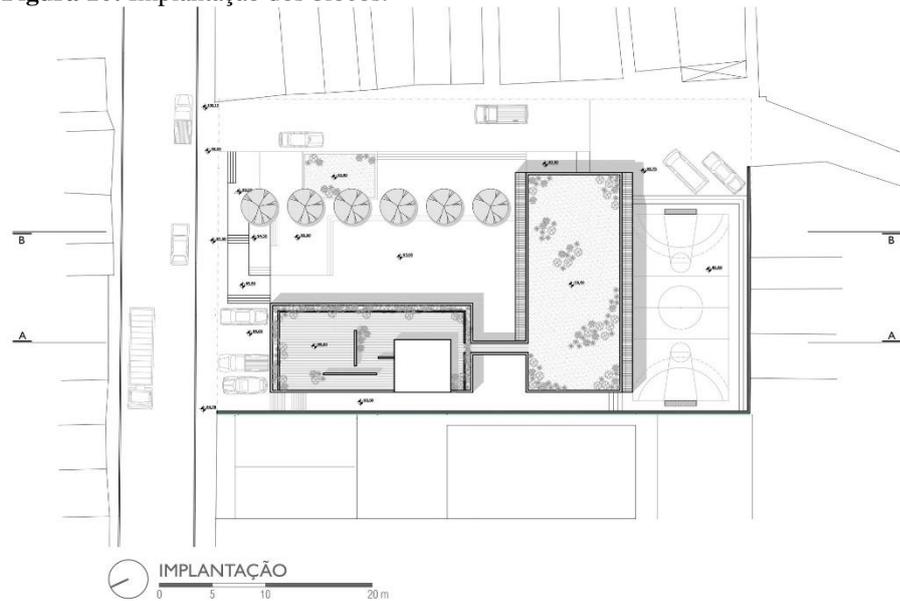
Figura 9: Parede revestida com cacos cerâmicos.



Fonte: Archdaily (2014).

O projeto foi organizado em 04 praças sendo elas: praça esportiva, praça coberta, praça plana e uma praça em patamares, a ideia principal foi transformar esse terreno em um grande espaço de convívio. Alguns blocos foram dispostos em posição ortogonal (BARATTO, 2014). Outros implantados junto ao limite oeste do terreno e o outro suspenso no sentido transversal (Figura 10), dividindo a praça pública da quadra de esportes no fundo do terreno. Em cima do bloco suspenso, tem um pátio coberto, destinado a várias atividades, e faz a ligação entre a quadra e a praça, dividindo as funções dos espaços e integrando-os (BRAZILIAN ARCHITECTS, 2014).

O bloco menor, elevado, configura a praça coberta e protege a praça de esportes. Já o bloco maior cria uma relação mais direta entre os espaços externos e internos: é por ele que se dá o acesso principal aos edifícios. Além disso, as oficinas no pavimento térreo têm grandes portas que se abrem, integrando a praça ao interior do edifício nos dias de evento. No pavimento superior deste edifício maior, há uma pequena loja que se abre diretamente à rua, para vender os produtos fabricados na cozinha-didática (BARATTO, 2014, p.3).

Figura 10: Implantação dos blocos.

Fonte: Archdaily (2014).

No bloco principal no térreo encontram-se o hall de entrada, recepção, secretaria, casa do caseiro, uma oficina interdisciplinar e a sala de reciclagem de lixo. No pavimento superior do bloco principal, encontram-se sala de espera, salas de atendimentos que ficam abertas para o espaço público através de uma grande porta basculante. Conta também com uma cooperativa produtiva e uma pequena loja para a venda dos produtos (BRAZILIAN ARCHITECTS, 2014).

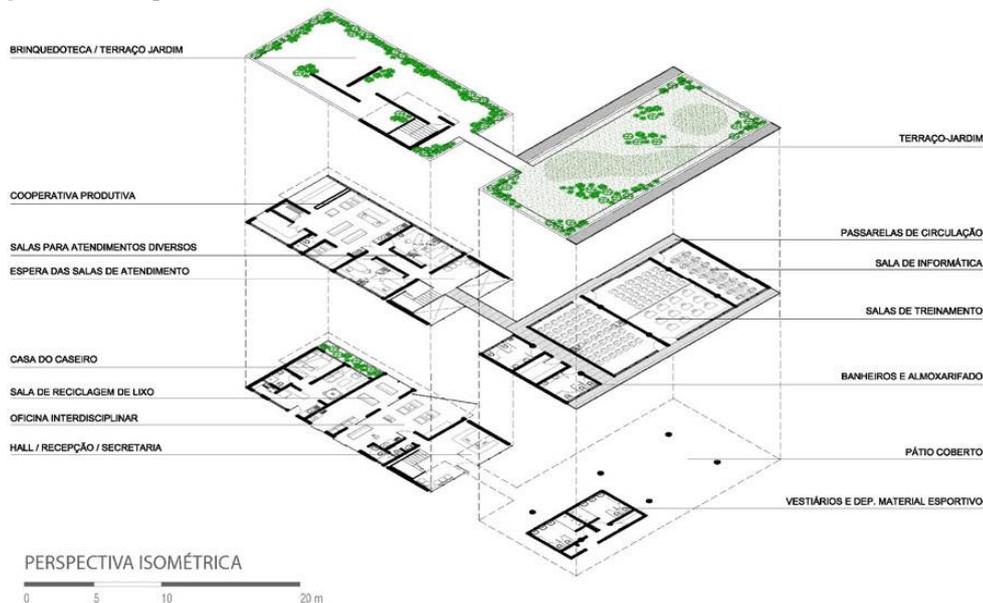
No bloco suspenso (Figura 11), encontram-se sala de treinamento, de informática, biblioteca, almoxarifado e os banheiros. Os vestiários e depósitos que atendem a quadra localizam-se no meio subsolo (MELLO, 2019).

Figura 11: Bloco suspenso.

Fonte: Vitruvius (2014).

Os blocos se interligam pelas coberturas, ambos os blocos possuem um terraço jardim, e abriga uma brinquedoteca que se transforma em uma praça suspensa onde acontecem diversas atividades com áreas pavimentadas, jardins e equipamentos de lazer (BRAZILIAN ARCHITECTS, 2014), como pode ser observado na perspectiva à abaixo (Figura 12).

Figura 12: Perspectiva dos blocos.



Fonte: Archdaily (2014).

Esse centro comunitário foi escolhido como estudo de caso devido a sua integração com o meio em que foi implantado, os métodos utilizados para a construção com baixo custo, preocupação com a comunidade e os diversos prêmios conquistados.

3.3 Centro Comunitário BH Cidadania - Minas Gerais, Brasil.

O Centro Comunitário BH Cidadania (Figura 13), foi projetado em 2008, pelos arquitetos Sílvio Todeschi, Flávio Agostini e Alexandre Campos, e concluído em 2009. Fica localizado no Aglomerado da Serra - Belo Horizonte, Minas Gerais. Conta com uma área construída de 1.200,00 metros quadrados. Projeto premiado pela revista Arquitetura da Melhor Arquitetura 2011 como o melhor edifício institucional (BCMF ARQUITETOS, 2010).

Figura 13: Centro Comunitário BH Cidadania.



Fonte: CBCA- Aço Brasil (2014).

O centro comunitário foi construído dentro do parque H3O que possui uma área de 45 mil metros quadrados. Neste local já existem alguns equipamentos (Figura 14), como quadra de esportes, academia ao ar livre, pista de caminhada e um jardim comunitário (ARCHDAILY, 2011).

Figura 14: Localização do equipamentos existentes.



Fonte: Vazios S/A (2012).

A implantação (Figura 15), desse centro foi feita sobre uma das poucas áreas planas do parque. Análises do entorno e levantamentos de dados foram feitas para definir quais seriam as prioridades locais, para poder propor as atividades que atendessem adequadamente a população local (ARCHDAILY, 2011).

Figura 15: Implantação.



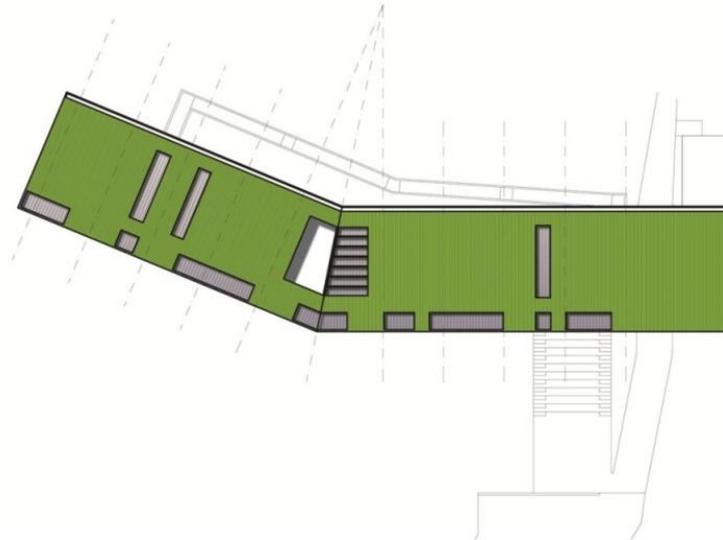
Fonte: Vazios S/A (2012).

O centro comunitário BH Cidadania possui dois pavimentos que comporta programas de educação ambiental, cursos profissionalizantes, cozinha coletiva, academia, creche, brinquedoteca, centro de inclusão digital, oficina de marcenaria e oficina de tipografia. Por causa do orçamento limitado a edificação foi elaborada de forma simples, porém muito funcional, os blocos destinados a atividades são separados por pátios internos e circulações. No pavimento térreo encontram-se os setores de entretenimento e serviços destinados à população, possui um hall de entrada, recepção, salas multiuso, creche, academia, depósito, cozinha, sala para exame clínico e terraço. Já no primeiro pavimento ficam localizados os setores administrativos onde se encontram as salas de reuniões, oficinas, sanitários, sala de funcionários, sanitários dos funcionários, sala de computação e assistência social (ARCHDAILY, 2011).

A cobertura do centro comunitário (Figura 16), é composta por estrutura metálica e telha metálica sanduiche pré-fabricadas na cor verde bandeira. Tem claraboias, que permitem a iluminação e a ventilação de toda a edificação (BCMF ARQUITETOS, 2010).

A cobertura é independente e impede a entrada de insolação e chuva no prédio, criando um espaço integrado com o espaço externo (MONACELLI, 2012).

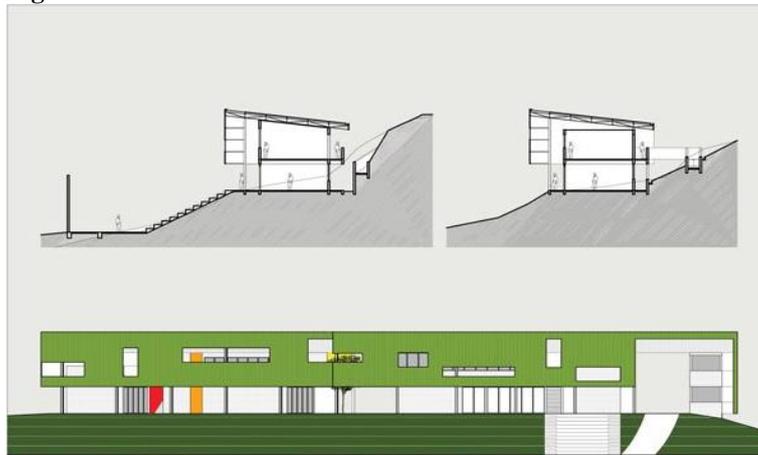
Figura 16: Planta de cobertura do Centro Comunitário BH Cidadania.



Fonte: Archdaily (2011).

A fachada (Figura 17), é composta por telhas perfuradas, pintadas de verde bandeira, a tinta utilizada é misturada com uma resina orgânica que ajuda na proteção dos raios solares e age contra a corrosão (ARQUITETURA E AÇO, 2012 p.31).

Figura 17: Fachada do Centro Comunitário BH Cidadania.



Fonte: M3 Arquitetura (2017).

Na fachada tem grandes aberturas ortogonais (Figura 18), que mostram parte da paisagem e se comunicam com o entorno, tornando-se parte da comunidade. Essas telhas são independentes e protegem o prédio da insolação e da chuva.

Figura 18: Aberturas Ortogonais.



Fonte: M3 Arquitetura (2017).

O projeto foi adequado à topografia do terreno, aproveitando toda a área plana disponível e fazendo com que os custos com a obra diminuísse (ARQUITETURA E AÇO, 2012 p.31).

O projeto dividiu visual e fisicamente os sistemas construtivos, notadamente o envoltório metálico e os blocos de alvenaria. As necessidades foram inseridas em blocos separados por circulações e pátios internos e murados na cor vermelha (Figura 19), construídos com alvenaria tradicional, dispostos de maneira a formar uma geometria semelhante às asas de um avião para aproveitar toda a área plana disponível, numa única inflexão (REVISTA AU, 2010, p.2).

Figura 19: Pátios internos e murados na cor vermelha.



Fonte: (BCMF ARQUITETOS, 2010).

Os principais serviços e projetos ofertados pelo centro comunitário são: Bolsa família, Bem-Bolsa Escola Municipal, Centro de Referência da Assistência Social - CRAS,

oficinas de socialização, oficinas de cultura, esportes, plantio alternativo, programa de inclusão digital, telecentros, educação e formação em direitos humanos e cidadania, identificação de situação de risco e orientação às famílias, grupo de convivência para idosos, cursos de capacitação, Elevação de escolaridade - EJA, espaço para leitura, entre outras (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2015).

3.4 Adra, Núcleo de Desenvolvimento Comunitário, Sinop - MT.

O núcleo de desenvolvimento comunitário Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais–ADRA (Figura 20), foi inaugurado em Sinop – (MT) no ano de 2000 e construído com o apoio financeiro da embaixada do Japão no Brasil e da ADRA Internacional. O responsável pela idealização em Sinop foi de Joel Luciano Baldo.

A ADRA é mantida por meio de doações voluntárias e parceria com empresas da região, possui cinco funcionários, sendo três remunerados e dois voluntários. Atende nas segundas e quartas nos períodos matutino e vespertino. São atendidas em média 80 crianças oriundas de famílias de baixa renda e vulnerabilidade social (ADRA Brasil, 2017).

Figura 20: ADRA, Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais.



Fonte: Própria (2019).

Está localizada na rua dos mognos quadra 17 em Sinop - MT, no bairro residencial Vitória Regia (Figura 21). A área total do terreno é de 7.320,00 metros quadrados e a área construída é de 445,06 metros quadrados. Ao lado do posto de saúde (ADRA Brasil, 2017).

Figura 21: Imagem de satélite da localização da ADRA.



Fonte: Google Maps (2019).

O projeto arquitetônico do prédio oficial da ADRA é de setembro de 2002, e não possui o nome do arquiteto ou engenheiro responsável pela obra (PRÓPRIA, 2019).

É um projeto simples, a planta baixa tem formato retangular, o prédio foi construído em alvenaria, a cobertura é de telha cerâmica, na fachada a nove janelas e uma porta de entrada. Atualmente está pintado em dois tons de verde sendo que, o piso interno foi revestido com cerâmica branca e forro de madeira (PRÓPRIA, 2019).

A ADRA possui duas salas de aula e recreação, refeitório, cozinha, despensa, depósito, sala de reforço escolar e computação, três banheiros um masculino, um feminino e um para a direção, uma sala de coordenação, área para o tatame e a circulação. Possui também uma quadra de areia (Figura 22), e um campo gramado de futebol e playground (PRÓPRIA, 2019).

Figura 22: Quadra de areia.



Fonte: Própria (2019).

Na ADRA são desenvolvidas atividades de apoio escolar, judô (Figura 23), escola de futebol de campo, artesanato, reforço alimentar, reforço escolar e aula de computação (PRÓPRIA, 2019).

Figura 23: Judô.



Fonte: ADRA Brasil (2017).

O objetivo da ADRA é melhorar as condições de vida dos indivíduos vulneráveis que vivem em situação de pobreza, sem as condições de suprir suas necessidades básicas. Para que isso aconteça, as ações são focadas em nove áreas, água, saneamento, higiene, saúde comunitária, crianças em situação de vulnerabilidade, resposta e gestão de emergências, nutrição e redução da fome, geração de emprego e renda, promoção da justiça social, garantia de direitos, igualdade entre sexos e valorização da mulher (ADRA BRASIL 2017).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho foi realizada através de levantamentos bibliográficos sobre o tema, com base em estudos científicos, dissertações, artigos acadêmicos, teses, monografias, publicações online, e outros que tenham como conteúdo principal as ações sociais comunitárias voltadas para a população de baixa renda.

4.1 Tipo de Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando métodos descritivos, bibliográficos e estudo de caso.

Essa pesquisa foi dividida em sete partes. A primeira parte do trabalho conceituou-se o centro comunitário abrangendo desde sua história até a sua localização e implantação. Na segunda parte tratou-se das principais atividades desenvolvidas em um centro comunitário. Na terceira parte foi abordado o tema socialização, convivência e cidadania. Na quarta parte tratou da acessibilidade. A quinta parte conceituou a arquitetura sustentável e o conforto ambiental. Na sexta parte foi elaborado um breve relato da cidade de Tabaporã e do assentamento Gleba Mercedes I e II, e por fim tratou-se dos estudos de casos relevantes ao tema.

4.2 População e Amostra

A população alvo da pesquisa são as famílias da comunidade Gleba Mercedes I e II do município de Tabaporã - MT, que corresponde hoje a 1021 famílias.

4.3 Coleta de dados

O estudo teve como base dados do IBGE, como a quantificação da população do município de Tabaporã e do assentamento Gleba Mercedes I e II. Embasou-se por meio de revisão de literatura, que foi de grande importância para melhor conhecimento do equipamento comunitário em questão.

Para este projeto foi realizada a coleta de dados através dos estudos de casos dos seguintes centros comunitários: O Centro Comunitário de Rehovot- Israel, escolhido pelo estilo arquitetônico moderno e suas soluções arquitetônicas avançadas e acessibilidade. O Centro Comunitário Projeto Viver - São Paulo, Brasil escolhido devido a sua disposição

arquitetônica no meio em que foi implantado e por ter ganhado prêmios nacionais e internacionais. O Centro Comunitário BH Cidadania - Minas Gerais, Brasil escolhido devido as suas soluções arquitetônicas e tecnologias empregadas. O Adra, Núcleo de Desenvolvimento Comunitário, Sinop – MT escolhido por ser a fonte de referencia mais próxima.

4.4 CRONOGRAMA

Atividades/Meses	2019					2019					
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Escolha do Tema e Definição do Problema	X										
Levantamento bibliográfico e Redação do trabalho	X	X	X	X	X						
Formulação do Projeto											
Pesquisa de Campo											
Tabulação de dados											
Análise e Discussão dos Dados e Conclusão											
Entrega versão parcial e Banca						X					

5. ANÁLISE DE DADOS

Com o objetivo de promover o empoderamento social e participação da comunidade ao projeto, foi realizada uma pesquisa por meio de questionários aos moradores do Assentamento Gleba Mercedes I e II, como visto abaixo, a fim de constatar as necessidades e as opiniões das pessoas que irão usufruir deste imóvel.

Questionário:

1. Na sua opinião, a Gleba Mercedes necessita da implantação de um centro comunitário que venha contribuir com a qualidade de vida e a renda familiar dos moradores?
() Sim () Não
2. Os centros comunitário oferecem cursos profissionalizante como informática, culinária, técnicas agrícolas entre outros. Você participaria de algum desses?
() Sim () Não
3. Além de cursos profissionalizante os centros comunitários também oferecem espaços de entretenimento e socialização. Na sua opinião a Gleba precisa de lugares como esses relatados?
() Sim () Não
4. Ambientes destinados a atividades como judô, teatro, dança e artesanato seriam umas das proposta do centro comunitário. Você ou outro membro de sua família gostaria de participar de alguma dessas atividades?
() Sim () Não
5. Ainda falando sobre as atividades relatadas anteriormente, de quantas você mais gosto?
() Nenhuma () Uma () Mais que Uma () Todas
6. Você acha importe a elaboração de um espaço destinado a comercialização de produtos produzidos no centro comunitário assim como outros produzidos pelos agricultores?
() Sim () Não
7. Em sua opinião esse espaço destinado a feira iria contribuir com a renda familiar?
() Sim () Não

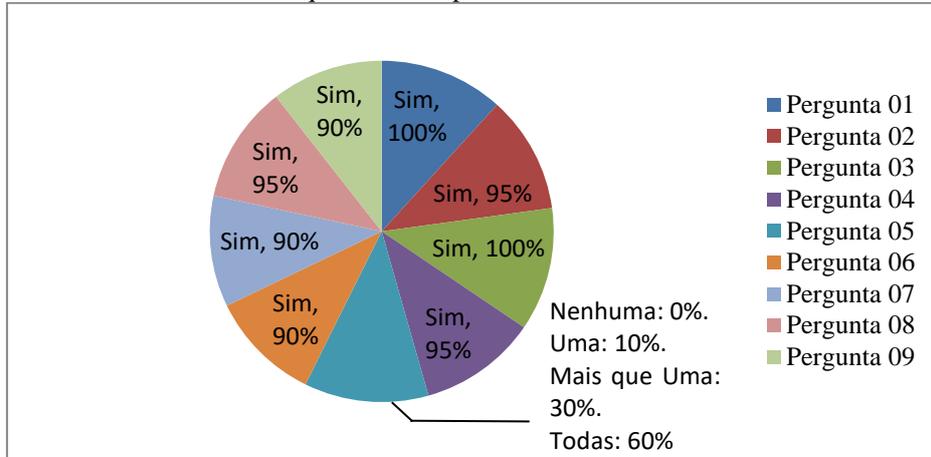
8. Com a criação desses espaços você acha que contribuiriam para que crianças, jovens e adolescentes tivessem menos tempo livres, proporcionando uma maior socialização e aprendizado?
- () Sim () Não
9. Quais dessas propostas você mais gostou?
- () Entretenimento () Profissionalização

Em observação ao Gráfico 01, foi constatado que mediante as perguntas relacionadas à implantação do centro na Comunidade Gleba Mercedes I e II, todos os entrevistados foram a favor, acreditam ser de suma importância, uma vez que o local possui carências de áreas recreativas e de lazer.

Do ponto de vista das atividades propostas para o centro comunitário, grande parte dos interrogados optaram por participar de algumas delas, pois alegam que além de servir como um curso profissionalizante estimularia também a socialização com os demais participantes.

Levando em consideração os espaços designados ao comércio, 90% dos questionados estão a favor da venda dos produtos, fabricados pelos usuários do centro como também dos agricultores da região, incentivando os moradores a se profissionalizarem para inserção no mercado de trabalho e movimentar a economia da região.

Já de acordo com a análise comparativa dos aspectos profissionalizantes e de entretenimento, 90% dos entrevistados optaram pelas atividades profissionalizantes, por contribuir na carreira profissional dos integrantes do centro, porém acharam de extrema importância a proposta de entretenimento para a comunidade, já que o local não possui espaços destinados ao lazer.

Gráfico 01: Resultados do questionário aplicado as Moradores do Assentamento Gleba Mercedes I e II.

Fonte: Própria (2019)

6. O PROJETO

6.1 Localização

O terreno proposto para a implantação do Centro Comunitário encontra-se na Gleba Mercedes I e II, comunidade que pertence ao Município de Tabaporã – MT, localizado na quadra 54, seu acesso principal se dá pela Avenida Paranhos juntamente com mais duas ruas confrontantes (Rua Primavera e Goiás).

Na Figura 24, observa-se a demarcação do terreno proposto e o seu entorno, sendo sua via de maior fluxo a Avenida Paranhos e as demais já citadas, com um fluxo menor. Em seu entorno estão situadas diversas residências e alguns comércios como sorveterias, lava jato, igrejas, escola entre outros.

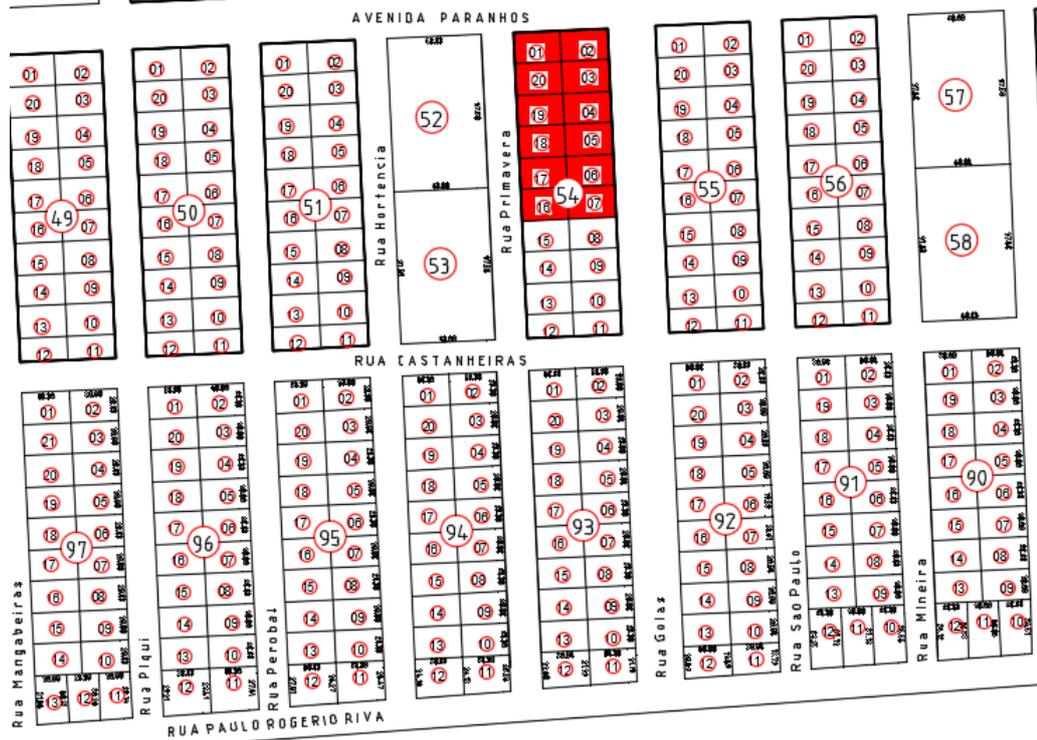
Figura 24: Localização do Terreno.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2019).

O terreno escolhido envolve quase uma quadra inteira, abrangendo doze lotes e contando com uma área de 7.200,00 m², como ilustrado na (Figura) 25, sendo ideal para a proposta do projeto por ser uma área ampla e estar situado em uma das principais avenidas da Gleba Mercedes .

Figura 25: Demarcação dos lotes pertencentes ao terreno.



Fonte: Prefeitura Municipal de Tabaporã (2019).

Outro fator de grande relevância para a escolha da área de construção é que o terreno encontra-se próximo a escola, possibilitando que os alunos possam participar das atividades do centro no período oposto a escola. Além disso, conforme o crescimento do município o centro comunitário continuará na parte central da cidade, se tornando de fácil acesso a todos.

6.2 Levantamento Fotográfico

Figura 26: Vista 01.



Fonte: Própria (2019).

Figura 27: Vista 02.**Fonte:** Própria (2019).**Figura 28: Vista 03.****Fonte:** Própria (2019).**Figura 29: Vista 04.****Fonte:** Própria (2019).

6.3 Topografia

A topografia original onde o projeto se insere é parcialmente plana, característica dos terrenos locais da região.

6.4 Acessibilidade

A proposta do centro comunitário visa também aos portadores de necessidades especiais, sendo assim, para atender aos parâmetros de acessibilidade baseou-se na

ABNT/NBR 9050, Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbano.

Nas calçadas serão utilizadas Piso Intertravado Paver Permeável com Piso Tátil de Concreto, de alerta e direcional, para orientação do percurso, como visto na Figura 30.

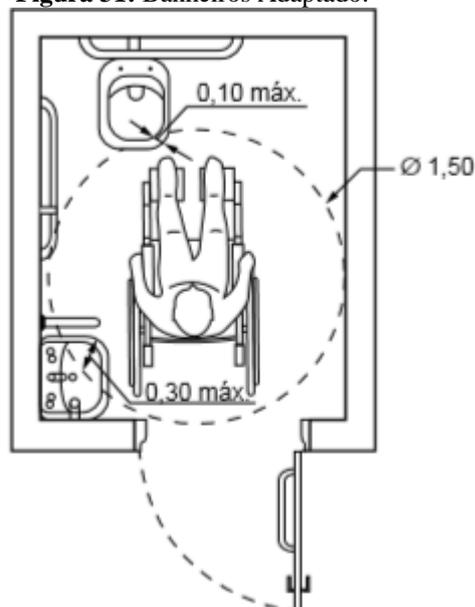
Figura 30: Piso Paver com Piso Tátil Direcional e de Alerta.



Fonte: Tetracon (2017).

Os banheiros serão adaptados para portadores de necessidades especiais, como especifica a norma, com área de transferência e dimensões adequada e barras de apoio (Figura 31).

Figura 31: Banheiros Adaptado.



Fonte: NBR 9050 (2015).

Como o edifício possui dois pisos, foi proposta uma rampa para assegurar a mobilidade de qualquer usuário em toda a edificação, como visto na Figura 32.

Figura 32: Rampa de Acesso ao 1º Pavimento.



Fonte: Própria (2019).

Como estabelecido pela norma de acessibilidade o acesso às calçadas se dá por rampas que atendam aos portadores de necessidades especiais, como representado na Figura 33.

Figura 33: Rampa de Acesso as Calçadas.



Fonte: Própria (2019).

Em relação às vagas de estacionamento foi destinado 2% aos idosos e 5% as pessoas com deficiência (PCD), como citado pela NBR 9050.

6.5 Parâmetros Urbanísticos

Visto que a Comunidade Gleba Mercedes I e II pertence ao Município de Tabaporã e esta não possui nem uma normativa referente ao código de obras, foi adotado para o centro comunitário as normativas do Município de Sinop, já que são cidades circunvizinhas e com aspectos similares.

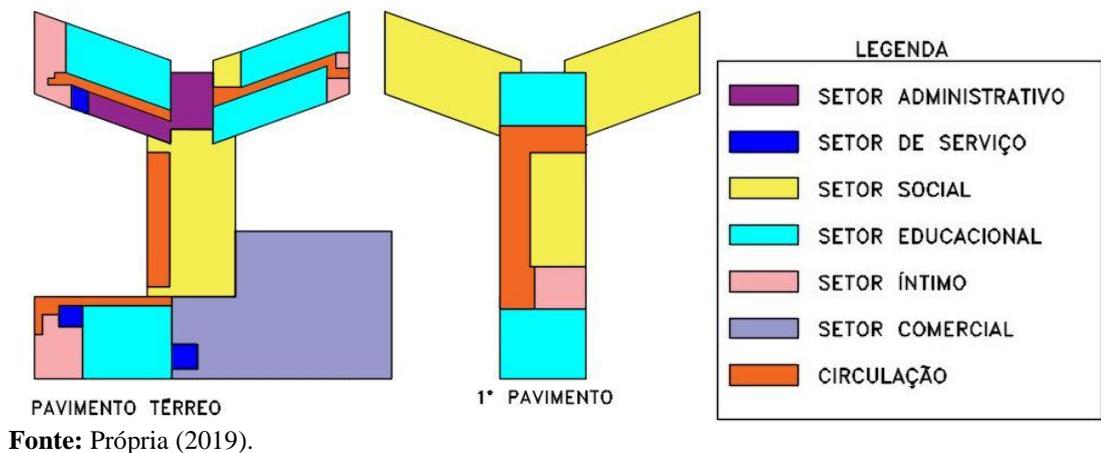
Foi seguido aspectos de dimensões mínimas dos ambientes, número de vagas estacionamento, aberturas de janelas, recuos, padronização de calçadas entre outros fatores.

6.6 Setorização

O Projeto Arquitetônico foi dividido em seis setores (Figura 34), sendo estes:

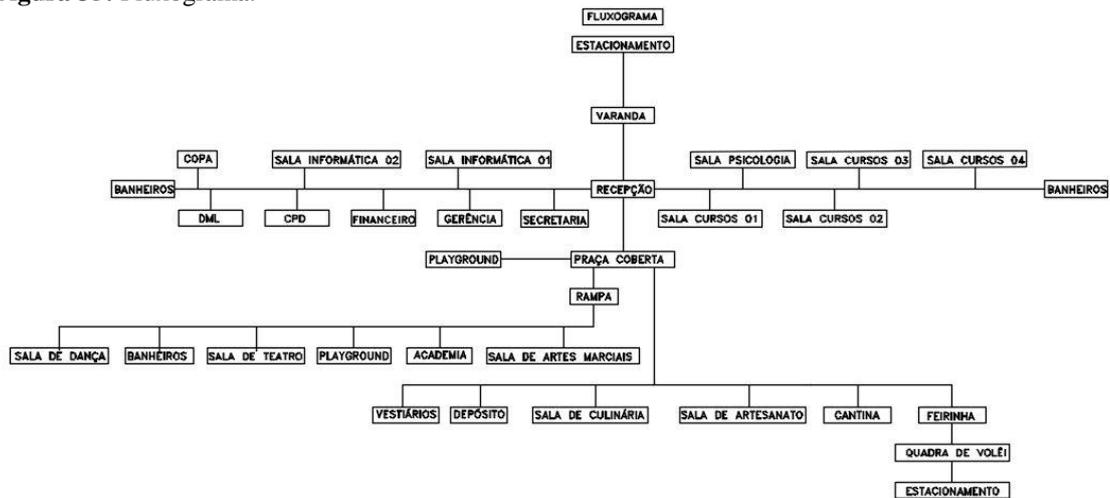
- Setor Administrativo: departamento responsável pelo planejamento e administração do centro, como o gerenciamento das atividades e das pessoas que irão desenvolver tais funções.
- Setor de Serviço: responsável pela limpeza e manutenção do centro comunitário.
- Setor Social: espaço destinado à socialização e convívio dos integrantes do centro comunitário juntamente com a população em geral.
- Setor Educacional: área destinada à implantação de cursos profissionalizantes, que agregam valor ao currículo e contribua para o processo de inserção no mercado de trabalho.
- Setor Íntimo: setor designado aos funcionários, sem atendimento ao público.
- Setor Comercial: espaços reservados para a venda dos produtos dos integrantes do centro ou de algum agricultor da região, para fins lucrativos pessoais.

Figura 34: Planta de Setorização.



A Figura 35, ilustra o Fluxograma do centro, sendo possível observar uma representação esquemática da ligação dos ambientes entre si.

Figura 35: Fluxograma.



Fonte: Própria (2019).

6.7 Programa de Necessidades e Pré-Dimensionamento

O Programa de Necessidades foi elaborado de acordo com a proposta do centro comunitário, atingindo todas as necessidades dos usuários, dividido em seis setores:

Tabela 01: Programa de Necessidades.

Setor Administrativo	
Ambientes	Área Quadrada
Secretaria	10,21 m ²
Gerência	10,21 m ²
Financeiro	10,21 m ²
Recepção	56,42 m ²
Centro de Processamento de Dados (CPD)	07,94 m ²
ÁREA TOTAL	=94,99 m²
Setor de Serviço	
Depósitos	24,03 m ²
Depósito de Material de Limpeza (DML)	07,98 m ²
ÁREA TOTAL	=31,97 m²
Setor Social	
Sala de Teatro	124,61 m ²
Sala de Psicologia	18,28 m ²
Praça	273,13 m ²
Academia	227,86 m ²
PlayGround	227,86 m ²
ÁREA TOTAL	=871,74 m²
Setor Educacional	
Sala de Cursos	179,17 m ²
Sala de Informática	119,25 m ²

Sala de Artesanato	82,28 m ²
Sala de Culinária	64,90 m ²
Sala de Dança	137,92 m ²
Sala de Artes Marciais	105,65 m ²
ÁREA TOTAL	=689,17 m ²
Setor Íntimo	
Copa para Funcionários	31,43 m ²
Banheiros	126,99 m ²
ÁREA TOTAL	=158,42 m ²
Setor Comercial	
Feirinha	348,56 m ²
Cantina	307,86 m ²
ÁREA TOTAL	=656,42 m ²

Fonte: Própria (2019)

Deste modo, o Programa de Necessidades contará com uma área de 2.503,14 M².

6.8 Partido Arquitetônico

Com a finalidade de suprir as necessidades e carências em termos de lazer, cultura e educação da Comunidade Gleba Mercedes I e II, o Partido Arquitetônico foi inspirado no termo Praça, sendo um espaço de uso coletivo destinado ao lazer, descanso, socialização entre outros.

O Centro Comunitário Projeto Viver em São Paulo (obra utilizada para estudo dos correlatos), criada pelo escritório FGMF Arquitetos, foi de grande relevância para a elaboração das praças, fazendo uso dos critérios avaliativos do escritório, como espaços abertos para socialização e significativos para o meio em que se insere.

Na adoção dos brises foi tomado como partido o Centro Comunitário de Rehovot Hachadascha em Israel (obra de análise dos correlatos), criada pelo escritório Kimmel Eshkolot, no qual empregou os brises como forma de proteção solar e ao mesmo tempo agregaram um valor estético ao conjunto.

Outro aspecto do Partido Arquitetônico foram os braços abertos de uma pessoa, simbolizando um abraço (Figura 36), como se o centro comunitário estivesse abraçando, acolhendo e dando as boas-vindas aos visitantes e a comunidade.

Figura 36: Partido Arquitetônico.



Fonte: Google (2019).

As cores utilizadas no projeto foram inspiradas na Pirâmide de Maslow (Figura 37), é um conceito criado pelo psicólogo norte americano Abraham H. Maslow na década de 50. Segundo ele seu objetivo é definir um conjunto de variáveis que o ser humano necessita para alcançar a satisfação pessoal e profissional (SBCOACHING, 2018).

Figura 37: Pirâmide de Maslow.



Fonte: SBCoaching (2018).

A pirâmide refere-se a um esquema que busca evidenciar as necessidades humanas em hierarquia. Em sua base estão situadas as necessidades básicas, sendo essas consideradas apenas para a sobrevivência, e as mais complexas em seu topo, analisando questões necessárias para a satisfação pessoal e profissional (SBCOACHING, 2018).

Baseado nessa Pirâmide Educacional foi criado na fachada um detalhe envolvendo cinco quadrados, representando estes cinco tópicos citados por Maslow, juntamente com as

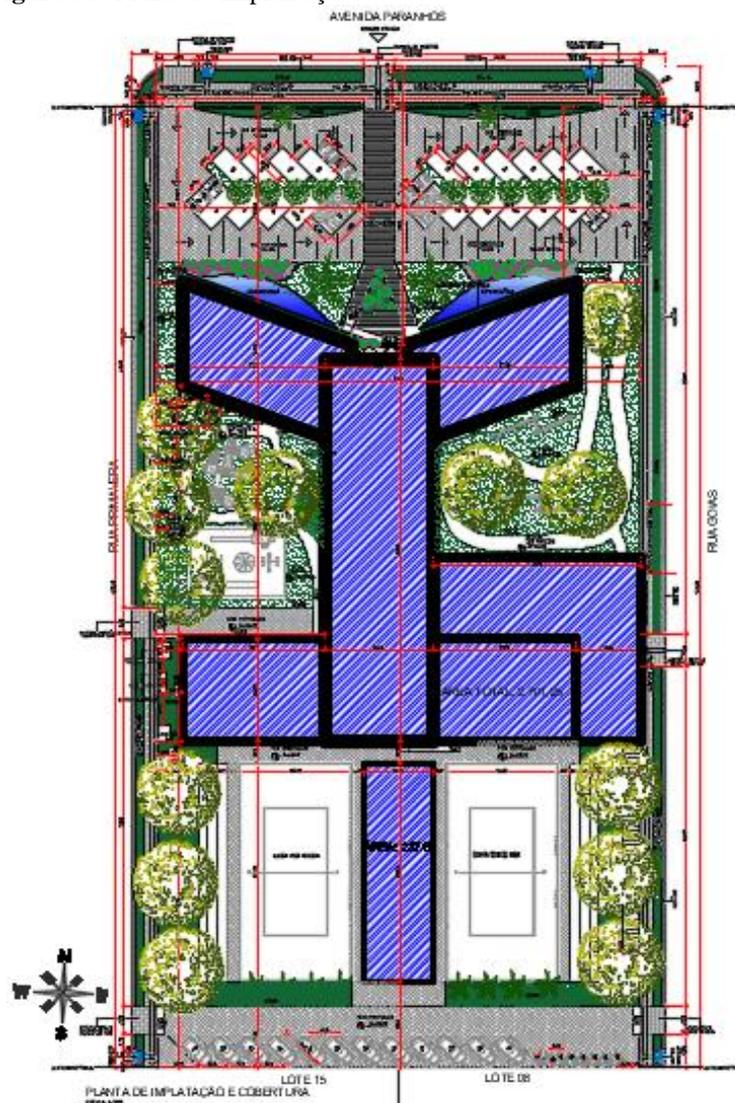
cores ilustradas na pirâmide, vermelho, laranja, amarelo, verde e roxo que estarão dispostas ao longo do projeto.

O Centro Comunitário Novo Amanhecer obteve esse nome fazendo uma alusão à vida cotidiana das pessoas, as dificuldades, tribulações e problemas que enfrentam durante o dia. Diante disso, o centro comunitário traz um novo amanhecer aos que estão em busca de refúgio, de novas possibilidades, proporcionando cultura, lazer e educação.

6.9 Implantação

Com base nos estudos de insolação e ventos predominantes, a implantação ficou disposta de forma com que as áreas de convívio estivessem voltadas para o sol nascente (Leste), como visto na Figura 38.

Figura 38: Planta de Implantação.



Fonte: Própria (2019).

Apesar da fachada frontal estar voltada para o norte, recebendo insolação por mais tempo, foi dotado o uso de brises como barreira de luz solar direta e espelhos d'água com água em aspersão, a fim de minimizar o desconforto térmico.

Já na fachada do sol poente foi utilizado brises e proteção vegetal, como proteção solar para os ambientes que receberiam a incidência solar direta.

6.10 Memorial Descritivo e Justificativo

6.11 Dados Gerais

O Centro Comunitário Novo Amanhecer localiza-se no Assentamento Gleba Mercedes I e II, na Avenida Paranhos juntamente com mais duas ruas confrontantes, quadra 54, abrangendo as seguintes áreas:

- Área do Terreno: 7.200M².
- Área Construída: 2.701,25M².
- Área Permeável: 3.509,49M².

6.12 Finalidade

O projeto proposto tem por finalidade um local de apoio às escolas existentes na região, proporcionando cursos profissionalizantes, entretenimento e socialização, capacitando os usuários de forma técnica e ao mesmo tempo contribuindo para melhor qualidade de vida da comunidade local.

6.13 O Projeto

O Centro Comunitário tem como princípio um bloco com linhas ortogonais, ladeado por dois blocos inclinados, que abraçam a comunidade. O centro tem por finalidade o estudo e aperfeiçoamento de técnicas em diversas áreas como, artesanato, dança, agricultura, teatro entre outras.

Como citado anteriormente, sua localização foi escolhida por estar próximo de uma escola, facilitando aos alunos participarem de cursos técnicos, capacitando-os profissionalmente e incentivando-os para inserção no mercado de trabalho. Os cursos técnicos estão disponíveis também para os que já concluíram o ensino médio, pois o assentamento não possui faculdades e isso dificulta que muitos se aperfeiçoem, por não possuírem questões financeiras para estudarem em outras regiões.

Para a execução de todas as tarefas, o centro contará com um setor administrativo, setor de serviço, setor social, setor educacional, setor íntimo e setor comercial.

A escolha dos elementos ao projeto, como iluminação e ventilação natural, energia solar, reaproveitamento de águas pluviais, brises entre outros, foi realizada de forma que priorizasse o conforto do usuário, com a otimização de energia artificial e do consumo de água reduzirá os impactos ambiental, contribuindo para um mundo mais sustentável.

6.14 Quadro de Áreas

Tabela 02: Resumo de Áreas.

Resumo de Áreas	
Área do Terreno	7.200,00m ²
Pavimento Térreo	1.587,31 m ²
Primeiro Pavimento	1.113,94 m ²
Piso Intertravado	2.030,63 m ²
Calçadas	288,45 m ²
Deck	366,34 m ²
Quadra de Areia	758,98 m ²
Arquibancadas	433,09 m ²
Área Construída	2.701,25 m ²
Taxa de Ocupação	37,51%
Taxa Impermeável	3.690,49 m ²
Taxa Permeável	3.509,49 m ²

Fonte: Própria (2019)

6.15 Princípios Tecnológicos / Diretrizes Construtivas

6.15.1 Brises

Os brises são elementos fundamentais para alcançar uma arquitetura mais sustentável, obtendo um grande peso nas certificações verde como o Leed e o Aqua, quando se trata de atender os requisitos de desempenho térmico e luminoso e eficiência energética.

Os brises possuem diversas variedades de materiais e formas, podem ser verticais, horizontais ou mistos, fixos e móveis, são empregados com o objetivo de barrar a incidência solar de forma direta a edificação sem que perca o aproveitamento da ventilação natural, como ilustrado na Figura 39.

Figura 39: Brises Verticais.



Fonte: Própria (2019).

Deste modo, a utilização de brises propicia diversas vantagens como conforto térmico, aproveitamento de ventilação e iluminação natural, eficiência energética, redução da carga térmica entre outros.

6.15.2 Painel Fotovoltaico

Esse sistema é realizado por intermédio de placas solares que captam a energia solar e transforma em energia elétrica (Figura 40), podendo ser utilizada em escala menor, no caso de residências, como também em grande escala, como as usinas solares.

Figura 40: Painel Fotovoltaico.



Fonte: Própria (2019).

Um painel solar é constituído de uma série de células fotovoltaicas que possuem elétrons, e quando esses são atingidos pela radiação solar se movimentam gerando uma corrente elétrica.

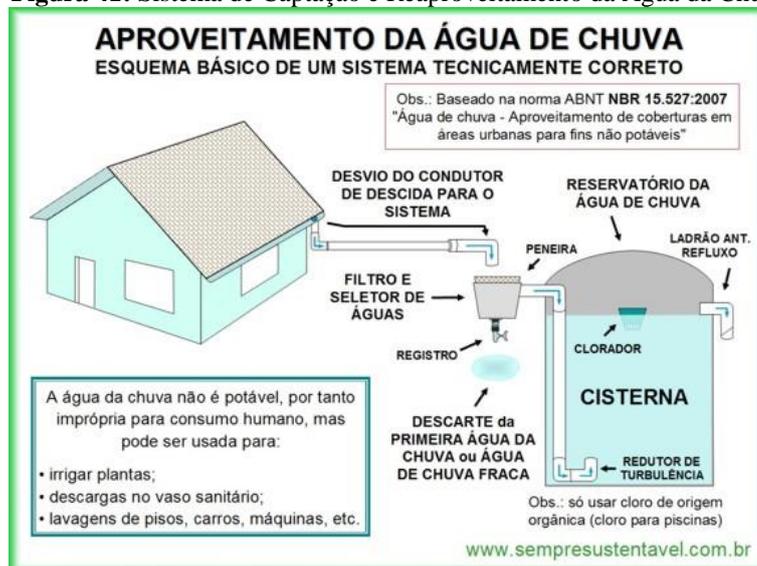
Esse sistema é muito empregado nas edificações, pois proporcionam diversas vantagens como não gerar resíduos e poluição, pouca manutenção, energia sustentável entre outros, sendo que os painéis possuem uma longa vida útil de até 25 anos.

6.15.3 Captação e Reutilização da Água Pluvial

Com a finalidade de minimizar os problemas de esgotamento da água potável tem-se pensado muito em propostas sustentáveis para essas problemáticas. A reutilização da água da chuva é uma ferramenta muito utilizada para a substituição da água dos rios pela água de qualidade inferior, quando se trata de fins não potáveis.

Em alguns casos o sistema de captação e reaproveitamento da água (Figura 41) ocorre por meio de calhas, que captam a água do telhado e conduzida por meio de tubos condutores até um filtro seletor, sendo possível descartar a primeira água da chuva. Posteriormente é conduzida até a cisterna, sendo tratada por um clorador (podendo ser utilizado o cloro de piscina) para eliminação das bactérias presentes.

Figura 41: Sistema de Captação e Reaproveitamento da Água da Chuva.



Fonte: Sempre Sustentável (2019).

6.15.4 Sensores de Presença

Os sensores de presença (Figura 42), são atualmente utilizados como forma de minimizar o consumo de energia e os altos custos econômicos, ao possibilitar que forma automática que as luzes se apaguem quando não há detecção de movimentos no ambiente.

Figura 42: Sensores de Presença.



Fonte: Finder (2019).

Além de apagar as luzes quando não há ninguém, os sensores também reagem acendendo as luzes dos ambientes quando detectam a presença de pessoas, proporcionando economia de energia e ao mesmo tempo conforto para os usuários.

6.15.5 Torneira Econômica

As chamadas torneiras econômicas, Figura 43, tendem a reduzir o consumo de água em até 30% em relação às torneiras comuns, estas possuem dispositivos que podem controlar o tempo de abertura, que regulam a vazão da água, ao controlar a abertura do registro entre outros.

Figura 43: Torneiras Econômicas.



Fonte: Casa Abril (2016).

6.16 Proposta de Construção do Centro

Neste tópico será apresentado a proposta de construção do Centro Comunitário para o Assentamento Gleba Mercedes I e II, com imagens ilustrativas após a execução da construção.

6.16.1 Ambientes Externos

Figura 44: Entrada do Centro.



Fonte: Própria (2019).

Figura 45: Entrada do Centro.



Fonte: Própria (2019).

Figura 46: Feirinha e Praça Coberta.



Fonte: Própria (2019).

Figura 47: Entrada da Feirinha.



Fonte: Própria (2019).

Figura 48: PlayGround ao Ar Livre.



Fonte: Própria (2019).

Figura 49: Espaço de Convivência.



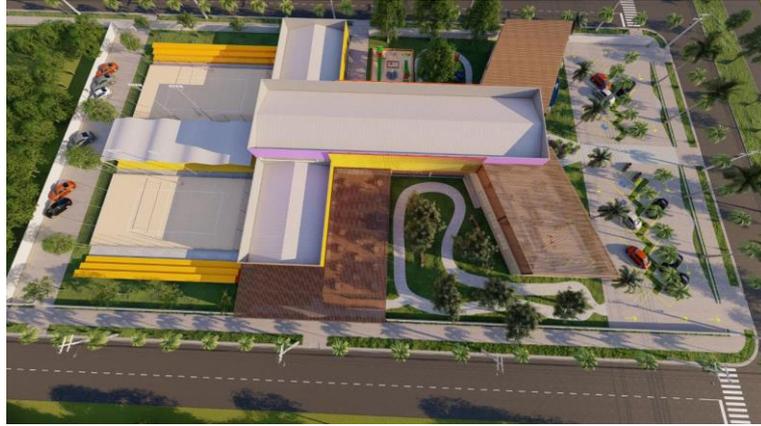
Fonte: Própria (2019).

Figura 50: Quadra de Vôlei.



Fonte: Própria (2019).

Figura 51: Visão Aérea.



Fonte: Própria (2019).

6.16.2 Ambientes Internos

Figura 52: PlayGround Coberto.



Fonte: Própria (2019).

Figura 53: Feirinha.



Fonte: Própria (2019).

Figura 54: Praça Coberta.



Fonte: Própria (2019).

Figura 55: Academia.



Fonte: Própria (2019).

7. PROJETO DE ARQUITETURA (em pranchas)

8. CONCLUSÕES FINAIS

Com os estudos e levantamentos realizados para a elaboração deste trabalho, pode-se concluir que um centro comunitário pode auxiliar no desenvolvimento da comunidade e promove a valorização do local onde está inserido, tornando-se um ponto de referência para a população.

No decorrer dos estudos pode-se perceber que o assentamento Gleba Mercedes I e II é carente de espaços de convívio, aprendizado e lazer, e portanto o projeto de um centro comunitário que abranja diversas atividades em um único lugar, traz muitas vantagens e benefícios, promovendo melhor qualidade de vida para os seus moradores.

Em consequência da carência dessa região, muitos encontram-se vulneráveis social e economicamente, levando a exclusão social, perda dos seus direitos, de sua colocação no mercado de trabalho, e conseqüentemente pouca movimentação na economia local.

Com o objetivo de acabar com esses malefícios, a implantação do centro comunitário trás o empoderamento social, visto que compreender as necessidades da população é um fator relevante para a elaboração do projeto que será inserido na comunidade, desenvolvendo então os espaços de convívio social, educacionais e culturais, e contribuindo para o sentimento de pertencimento do indivíduo na sociedade.

Outra problemática enfrentada é o custo de vida elevado, antes a renda do marido era o suficiente para suprir as necessidades básicas da família, hoje esse valor é apenas simbólico.

Sendo assim, o empoderamento econômico é outro benefício do centro, no qual grande parte da população terá oportunidade de se capacitar profissionalmente, principalmente as mulheres, que em sua maioria realizam apenas atividades domésticas, e terão a oportunidade de aumentar a renda familiar.

Portanto, o projeto permitiu unir as necessidades de aprendizado e lazer, elementos de carência na comunidade, abraçando soluções sustentáveis, que preservem o meio ambiente com a otimização dos recursos naturais, e garantem a qualidade de vida e o conforto dos usuários.

Sendo assim, foi proposta a elaboração de um projeto arquitetônico de centro comunitário para o assentamento Gleba Mercedes I e II no município de Tabaporã – MT, com a finalidade de auxiliar as pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade, para que se sintam parte integrante da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ACESSE NOTÍCIAS. **Historia de Tabaporã**. 2010. Disponível em: <http://www.acessenoticias.com.br/juara/id-418548/historia_de_tabapora/>. Acesso em: 16 de Abril de 2019.
- ADRA BRASIL. **Quem somos**. 2019. Disponível em: <<http://adra.org.br/>>. Acesso em: 27 de Abril de 2019.
- AGUIAR. Fabíola de Oliveira. **Acessibilidade Relativa dos Espaços Urbanos para Pedestres com Restrições de Mobilidade**. 2010. p.16. Tese de Doutorado-Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2010.
- AGUIAR. Fabíola de Oliveira. **Acessibilidade Relativa dos Espaços Urbanos para Pedestres com Restrições de Mobilidade**. 2010. p.17. Tese de Doutorado-Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2010.
- ANJOS, Claudia. **TFG Centro Cultural Infantil**. 2007. Disponível em: <<https://www.ebah.com.br/content/ABAAAAGoYAH/tfg-centro-cultural-infantil-claudia-dos-anjos?part=5>>. Acesso em: 12 de junho de 2019.
- ARCHDAILY. **Centro Comunitário Rehovot**. 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/881109/centro-comunitario-rehovot-kimmel-eshkolot-architects>>. Acesso em: 27 de Março de 2019.
- ARCHDAILY. **Parque H30 + Beco São Vicente / M3 Arquitetura, Vazio S/A, Silvio Todeschi, Ana Assis, Alexandre Campos + Mach Arquitetos**. 2011. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-11784/parque-h3o-mais-beco-sao-viceinte-m3-arquitetura-vazio-s-a-silvio-todeschi-ana-assis-alexandre-campos-mais-mach-arquitetos>> Acesso em: 06 de Abril de 2019.
- ARQUITETURA E AÇO. **Resgate da cidadania**. Ed. 29. 2012. pg.31.
- ARANTES. Beatriz. **Conforto térmico em habitações de interesse social - um estudo de caso**, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/91724/arantes_b_me_bauru.pdf> Acesso em: 01 de Abril de 2019.
- ARAÚJO. Márcio Augusto. Artigo. **A moderna Construção Sustentável**, pg.1. 2014. Disponível em: <https://www.aecweb.com.br/cont/a/a-moderna-construcao-sustentavel_589>. Acesso em: 04 de Abril de 2019.
- ASTROCENTRO BRASIL, **Importância do Artesanato**, 2016. Disponível em: <<https://medium.com/@astrocentrobr/import%C3%A2ncia-do-artesanato-c9b4279358e1>>. Acesso em 16 de Março de 2019.

BARATTO, Romullo. Vencedor do Prêmio Rogelio Salmona: **Edifício Projeto Viver / FGMF**. 2014. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/625866/vencedor-do-premio-rogelio-salmona-edificio-projeto-viver-fgmf>> Acesso em: 11 de maio de 2019.

BARROS, Luiz Antônio dos Santos. **Design e Artesanato As trocas possíveis Dissertação de Mestrado**. 2006. pág. 24. Dissertação (Mestrado em Artes e Design)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BEZERRA, Juliana. **Processo de socialização**, 2018. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/processo-de-socializacao/>>. Acesso em: 12 de Março de 2019.

BCMF ARQUITETOS. **H3O Parque**, 2010 Disponível em: <<http://www.bcmfarquitectos.com/project/h3o/>> Acesso em 12 de abril de 2019.

BODART, Cristiano das Neves. **O que é Socialização?**, 2009. Disponível em: <<https://www.cafecomsociologia.com/socializacao/>>. Acesso em 12 de Março de 2019.

BONFIM, Catarina de Jesus. et. al. **Centro Comunitário**. Direcção-Geral da Acção Social Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa, setembro de 2000.

BORGES, Juarez Camargo. **A Qualificação Profissional do Trabalhador para o Mercado de Trabalho e Ambiente Organizacional**. Mestrando em Desenvolvimento Regional/FACCAT. 2015. Disponível em: <<https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/borges.pdf>>. Acesso em: 16 de junho 2019

BUFELLI, Lidiana. **A importância dos eventos culturais – agregando valores à população**, 2012. Disponível em: <<https://espacorp.wordpress.com/2012/04/04/a-importancia-dos-eventos-culturais-agregando-valores-a-populacao/>>. Acesso em: 10 de Março de 2019.

BRASIL ESCOLA, 2018. **Esporte e Saúde**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/educacao-fisica/esporte-saude.htm>>. Acesso em 12 de Março de 2019.

BRAZILIAN ARCHITECTS. **FGMF Architects**, 2014. Disponível em: <<https://www.brazilian-architects.com/pt/fgmf-architects-sao-paulo/project/projeto-viver-building>> acesso em: 11 de maio de 2019.

CARUSO Camila. **Leis de acessibilidade e desenho universal**. 2019. Disponível em: <<http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=32&Cod=1597>> acesso em: 28 de abril de 2019.

CARMO; COLOGNESE. Raquel Mendes do; Silvio. **Qualificação e permanência do agricultor familiar no campo: a casa familiar rural do município de Candói – PR**. 2010, p.39. Disponível em: <https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/qualificao_e_permanncia_do_agriculor_familiar_no_campo_a_casa_familiar_rural_do_municpio_de_candi_-_pr.pdf> Acesso em 26/04/2019.

CIDADES SUSTENTÁVEIS. BH Cidadania: Programa de Desenvolvimento Integrado, 2015. Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/bh-cidadania-programa-de-desenvolvimento-integrado>>. Acesso em: 06 de Abril de 2019.

COUTINHO, Joana. **As ONGs: origens e (des)caminhos**, 2004. pg.1. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_joana.pdf> Acesso em: 15 de maio 2019

CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL, Conceitos Valorização Ambiental Conforto Visual. 2012. Disponível em: <<http://www.construcaosustentavel.pt/index.php?/O-Livro-||ConstrucaoSustentavel/Conceitos/Valorizacao-Ambiental/Conforto-Visual#startOfPageId9>>. Acesso em 05 Junho de 2019.

CASA ABRIL. 14 torneiras economizadoras (e dicas para minimizar o desperdício!). 2019. Disponível em: <<https://casa.abril.com.br/construcao/14-torneiras-economizadoras-e-dicas-para-minimizar-o-desperdicio/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2019.

DANTAS, Gabriela Cabral da Silva. **"Artesanato"**; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/artes/artesanato.htm>>. Acesso em 16 de Março de 2019.

DECRETO Nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004. **Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm> acesso em: 21 de março de 2019. Acesso em: 22 de Março de 2019.

DEVASTO, Sara Aparecida Pereira. **Atividades culturais no contexto escolar**, 2010. Pg. 2. Disponível em: <www.ebah.com.br > Acesso em: 10 de junho de 2019

DRAGONE, Diandra Lis. **Conforto Ambiental**, 2015. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/DiandraLisDragone/conforto-ambiental-51743118>>. Acesso em 17 de Março de 2019.

ECYCLE. **Entenda como funciona o coração do sistema solar fotovoltaico**. 2019. Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/component/content/article/69/3303-energia-solar-fotovoltaica-sustentavel-rooftop-componentes-painel-sistema-tipos-residencia-instalar-eletrica-sol-luz-inclinacao-tamanho-vida-util.html>>. Acesso em: 02 de novembro de 2019.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Historia de Tabaporã**. 2017. Disponível em: <<http://www.portalmatogrosso.com.br/municipios/tabapora/dados-gerais/historia-de-tabapora/573> />. Acesso em: 16 de Abril de 2019.

FORÚM DA CONSTRUÇÃO. **Princípios básicos para uma Arquitetura Sustentável e Materiais Sustentáveis**. IBDA-instituto brasileiro de desenvolvimento da arquitetura, 2016. Disponível em: <http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=23&Cod=1747> 15 de abriu de 2019.

FINDER. **Sensores de movimento e presença x Economia de energia**. 2019. Disponível em: <<https://www.findernet.com/pt-br/brazil/news/sensores-de-movimento-e-presenca-x-economia-de-energia>>. Acesso em: 03 de novembro de 2019.

GIROTO, Marleni Treuherz. **Limites e possibilidades da escola rural: Gleba Mercedes I E II em Tabaporã** – MT, 2002. pg. 17. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de educação. Programa de pós-graduação em educação.

GOVERNO DIGITAL. **Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010**. Disponível em: <<https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/legislacao/instrucao%20normativa%20n.%2001%20de%202010%20-%20compras%20sustentav.pdf/view>>. Acesso em: 05 de junho de 2019.

GOVERNO DO BRASIL, **ONU reforça a importância da agricultura familiar**, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/10/onu-reforca-a-importancia-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 10 de Março de 2019.

GUIA DE ACESSIBILIDADE. **Espaço Público e Edificações**. ed.1/ Elaboração: Nadja G.S. Dutra Montenegro; Zilsa Maria Pinto Santiago e Valdemice Costa de Sousa. Fortaleza: SEINFRA-CE, 2009. Disponível em: <http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2010/02/01%20-%20GUIA_DE_ACESSIBILIDADE_CEARA.pdf>. Acesso em: 02 de Abril de 2019.

GUIA PRÁTICO DE ACESSIBILIDADE. **Critérios e especificações técnicas para Critérios e especificações técnicas para avaliação de acessibilidade em edificações, avaliação de acessibilidade em edificações, mobiliário e espaços. Mobiliário e espaços**. 2004 pg.5. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/GuiaPraticoDeAcessibilidade.pdf>> Acesso em: 02 de Abril de 2019.

IBDA. Instituto Brasileiro de desenvolvimento da arquitetura. **O que é conforto ambiental**. 2014. Disponível em: <<http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=4&Cod=2125>>. Acesso em: 17 de Março de 2019.

IBGE. **Histórico de Tabaporã**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/tabapora/historico/>>. Acesso em: 16 de Abril de 2019.

INFO JOVEM. **Capacitação profissional 2019**. Disponível em: <<https://www.infojovem.org.br/infopedia/descubra-e-aprenda/trabalho/capacitacao-profissional/>>. Acesso em: 16 de junho 2019

LERBACH. Brena Costa. **Movimentos Sociais: Percursos Práticos e Conceituais**. 2010. p. 1. Curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

LOPES E SIGNOR. Kelly Christine Barbosa do Valle e Maisa. **Capacitação profissional para jovens em administração e tecnologia da informação**. Disponível em: <<http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/capacitacao-profissional-para-jovens-em-administracao-e-tecnologia-da-informacao.htm>>. Acesso em: 16 de junho 2019.

LISBOA, TERESA KLEBA . **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais, 2008**. Disponível em: <

http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2019.

MAGALHÃES, Lana. **Agricultura Familiar**. 2018. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/agricultura-familiar/>>. Acesso em: 11 de Março de 2019.

MARICATO, Erminia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado metrópoles brasileiras**, 2000. pg.21. Professora e coordenadora da pós-graduação da faculdade de arquitetura e urbanismo da usp. São Paulo em perspectiva, 14(4) 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf>> Acesso em: 15 de maio 2019

MELLO, Tais. **Sede do edifício projeto viver**. 2019. Disponível em: <https://www.galeriadaarquitectura.com.br/projeto/fgmf-arquitetos_/edificiosede-do-projeto-viver/1206> Acesso em: 10 de maio de 2019.

MORAES, F. Anselmo; GOUDARD, Beatriz; OLIVEIRA, Roberto. **Reflexões sobre a cidade, seus equipamentos urbanos e a influência destes na qualidade de vida da população**. Revista Internacional Interdisciplinar Intherthesis, volume 05 nº 02, doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, 2008.

MOURA, Thais Fernanda Ferreira. **A acessibilidade nas escolas do ensino fundamental de Lins**, 2015. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/58543.pdf>>. Acesso em: 22 de Março de 2019.

MONACELLI, Marcel. **Resgatando a cidadania**, 2012. Disponível em: <<http://www.marcelmonacelli.com.br/blog/2012/05/resgatando-a-cidadania/>>. Acesso em: 13 de junho de 2019.

MONTINELLI, Ellen. **Artesanato na escola**, 2015. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/artesanato-na-escola/137906>>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

M3 ARQUITETURA. **H3o BH cidadania**, 2017. Disponível em: <https://m3arquitetura.com.br/category/institucionais/h3o_bh-cidadania/> Acesso em 21 de maio de 2019

NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em Direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio**, 2003. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/esporteParaDesenvolvimentoPaz.pdf>>. Acesso em 12 de Março de 2019.

NBR 9050/2015: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. ABNT, associação Brasileira de Normas Técnicas. ed. 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao_2015.pdf/view> Acesso em: 20 de março de 2019.

NETO, Venâncio Freitas de Queiroz. **O artesão, o artesanato e a educação ao longo da vida: um olhar a partir do assentamento Palheiros III (Upanema/RN)**, 2011. Disponível em: <http://www.ppped.ufrn.br/arquivos/teses_dissertacoes/dissertacoes%20%202011/VENA

NCIO%20FREITAS%20DE%20QUEIROZ%20NETO.pdf>. Acesso em 16 de Março de 2019.

OLIVEIRA, Anazir Maria. **Favelas e as organizações comunitárias**. Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 1993.

ONU, (2014). **ONU reforça a importância da agricultura familiar**. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/10/onu-reforca-a-importancia-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 11 de Março de 2019.

PREFEITURA DE TABAPORÃ – MT. **O município**. 2019. Disponível em: <<https://www.tabapora.mt.gov.br/O-Municipio/Fotos-da-Cidade/>> Acesso em: 12 de Maio de 2019.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Capacitação profissional**. 2019. Disponível em: <<https://www.portalsaofrancisco.com.br/temas-transversais/capitacao-profissional>>. Acesso em: 16 de junho 2019.

PREFEITURA DE TABAPORÃ. **INCRA entrega mais 32 títulos definitivos a assentados de-Tabaporã-MT**. 2017 Disponível em <<https://www.tabapora.mt.gov.br/Noticias/Incra-entrega-mais-32-titulos-definitivos-a-assentados-de-tabapora-mt>> Acesso em: 12 de maio de 2019.

PREMIO FUNDACION ROGELIO SALMONA. **Edifício projeto viver. 2003-2005**. 2014. Disponível em: <<https://premio.fundacionrogeliosalmona.org/archivo/primer-ciclo/47-edificio-proyecto-viver-2003-2005.html>> Acesso em: 11 de maio de 2019.

PREFEITURA DE BARCARENA. **Projeto vai incentivar empoderamento econômico e social feminino em Barcarena**. Disponível em: <<https://www.barcarena.pa.gov.br/portal/noticia?id=239&url=-projeto-vai-incentivar-empoderamento-econmico-e-social-feminino-em-barcarena>>. Acesso em: 01 de novembro de 2019.

QUEIROZ, Agnelo. Ministro do Esporte. **Esporte, lazer e desenvolvimento humano**, 2018. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/teseFinal.pdf>>. Acesso em 12 de Março de 2019.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. **Socialização**. 2015. Disponível em: <<https://alunosonline.uol.com.br/sociologia/socializacao.html>> Acesso em 14 de abril 2019.

ROYAL MAQUINAS. 2015. **O que é e como funciona a agricultura familiar no Brasil?**. Disponível em: <<https://www.royalmaqui//nas.com.br/blog/o-que-e-e-como-funciona-a-agricultura-familiar-no-brasil/>> Acesso em: 28 de abril de 2019.

SAMPAIO Priscilla. **Aulas de artesanato ajudam no desenvolvimento motor e psicológico da criança**, 2013. Disponível em: <<http://www.metodista.br/ronline/noticias/educacao/2013/04/aulas-de-artesanato-ajudam-no-desenvolvimento-motor-e-psicologico-da-crianca>> Acesso em: 11 de junho de 2019.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Acessibilidade 2017 Disponível em:

<<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0>>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

SILVA E FREITAS, Roberto Caldeira da e Ludmila de Souza. **Diretrizes para a fase de projetos de edificações públicas sob o foco da sustentabilidade ambiental: estudo de caso de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) de acordo com o sistema de certificação LEED**. 2016 pg.768 Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v17n4/1518-7012-inter-17-04-0767.pdf>>. Acesso em: 09 de junho de 2019.

SIQUEIRA, Cileide. **Conforto Ambiental, desafio para arquitetos**, 2014. Disponível em: <<http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=4&Cod=800>>. Acesso em 17 de Março de 2019.

SOUZA, Erica das graças. **A importância do projeto para o desenvolvimento sustentável das obras públicas**. Congresso nacional de excelência em gestão 2011. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/t14_0037_4.pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2019.

SOLUÇÕES PARA CIDADES. **Projeto Calçada Acessível [Guia para projetos de espaços públicos]**, 2012. Disponível em:

<<http://solucoesparacidades.com.br/wpcontent/uploads/2013/04/nova-cartilha.pdf>> Acesso em 21 de maio de 2019.

SUSTENTARQUI, 2014. **Integração da energia solar elétrica na arquitetura**. Disponível em: <<http://sustentarqui.com.br/construcao/integracao-da-energia-solar-eletrica-na-arquitetura/>> Acesso em: 10 de Março de 2019.

SPONTE. **A importância de incentivar os alunos a praticarem atividades culturais nas férias**. 2018. Disponível em: <<https://site.sponte.com.br/gestao-escolar/a-importancia-de-incentivar-os-alunos-a-praticarem-atividades-culturais-nas-ferias/>>. Acesso em 10 de junho de 2019.

SBCOACHING. **Pirâmide de Maslow: O que é, Conceito e Definição**. 2018. Disponível em: <<https://www.sbcoaching.com.br/blog/piramide-de-maslow/>>. Acesso em: 02 de novembro de 2019.

SUSTENTARQUI. **A importância do brise na arquitetura bioclimática**. 2017. Disponível em: <<https://sustentarqui.com.br/brise-arquitetura-bioclimatica/>>. Acesso em: 02 de novembro de 2019.

SEMPRE SUSTENTÁVEL. **Aproveitamento de água de chuva de baixo custo para residências urbanas**. 2019. Disponível em: <<http://www.sempresustentavel.com.br/hidrica/aguadechuva/agua-de-chuva.htm>>. Acesso em: 03 de novembro de 2019.

TEIXEIRA, Marcelo Geraldo, et al. **Artesanato e desenvolvimento local: o caso da Comunidade Quilombola de Giral Grande, Bahia**. 2010, p.150 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v12n2/a02.pdf>>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs – Principais Funções Gerenciais**. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas. 1997. 140p.

TULMAN, Marcelo. **Primária e Secundária**, 2015. Disponível em: <<https://marcelotulman.wordpress.com/2015/04/09/socializacao-primaria-e-secundaria/Socialização>>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

TRAMONTIN, Karoline Bardini. **Integração, lazer e convivência na área central de Criciúma /SC: Centro Comunitário, Operária Nova**. 2014. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso I, apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC. Criciúma /SC.

TETRACON. **Concreto ou Paver: qual a melhor opção para a calçada**. 2017. Disponível em: <<https://tetraconind.com.br/blog/concreto-ou-paver-qual-a-melhor-opcao-para-calçada/>>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

VALVERDE, Juliana Viégas de Lima. **A influência do conforto luminoso na satisfação dos profissionais que atuam no ginásio do Centro de Reabilitação Infantil**. 2010, p.33. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte centro de tecnologia. Natal-RN.

VAZIO S/A. **H3O**. 2012. Disponível em:<<http://www.vazio.com.br/projetos/h3o/>>. Acesso em: 05 de junho de 2019.

VESTA. **Um olha diferenciado para o seu estilo de viver. Qual o seu?. Conforto visual**. Disponível em:<<http://www.vestapvc.com.br/pt-br/conforto-visual.html>>. Acesso em: 13 de junho de 2019.

VIGGIANO, Mário Hermes Stanziona. **Edifícios públicos sustentáveis**. Senado Verde Brasília. 2010. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/senado-verde/pdf/Cartilhaedificios_publicos_sustentaveis_Visualizar.pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2019.

WÜST, CAROLINE; MARCANTÔNIO, ROBERTA. **Empoderamento social local: a vital importância da democracia e da cidadania na construção de políticas públicas municipais**, 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/11819-3985-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/11819-3985-1-PB%20(2).pdf)>. Acesso em: 14 de outubro de 2019.